



São Paulo, 25 de março de 2011

Prezados Srs. Acionistas do Banco Daycoval S/A

Para efeito da Assembleia Geral Ordinária de 2011, apresentamos a V.Sas. as seguintes informações adicionais, nos termos das Instruções 480 e 481, de 07 e 17 de dezembro de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (“**Instrução CVM 480**” e “**Instrução CVM 481**”, respectivamente):

- Comentário dos administradores sobre a situação financeira do Banco Daycoval, nos termos do item 10 do Formulário de Referência - Anexo 24 da Instrução CVM 480/09;
- Informações adicionais à proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2010, deliberada em reunião do Conselho de Administração realizada em 14/02/2011, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481;
- Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2010.

Ainda com relação às demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2010, informamos que:

- O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas notas explicativas, dos relatórios sem ressalva dos Auditores independentes e do Comitê de Auditoria foram publicados na edição de 15/02/2011 dos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo;
- A ata da reunião do Conselho de Administração, contendo a proposta de destinação do lucro líquido, foi disponibilizada em 14/02/2011 por meio do sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores, assim como no site do Banco Daycoval – Relações com Investidores e publicada na edição de 10/03/2011 dos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado de São Paulo; e
- As Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório sem ressalvas dos auditores independentes foram disponibilizadas em 14/02/2011 por meio do sistema eletrônico na página da CVM na rede mundial de computadores, assim como no site do Banco Daycoval – Relações com Investidores.

Atenciosamente,

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração



COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
Exercício findo em 31.12.2010
Em conformidade com o Item 10,
Anexo 24 da Instrução CVM 480/09 e
com o Art.9º, inciso III, da Instrução CVM
481/09.

Formulário de Referência – Item 10 – Comentários da Diretoria

(Valores consolidados em milhares de R\$, exceto quando de outra forma indicados)

10.1 - Os diretores devem comentar sobre:

10.1.a - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As atuais condições financeiras e patrimoniais gerais são consideradas adequadas para assegurar a continuidade da implementação da estratégia de negócios do Banco Daycoval (“Banco Daycoval”, “Daycoval” ou “Banco”) nos diversos segmentos em que atua. Seguem os comentários sobre os três últimos exercícios sociais:

2008

Como resultado da deflagração da crise financeira ocorrida no final do ano de 2008, o mundo sofreu diversas mutações no que tange às premissas de controle e às perspectivas de redução do crescimento da economia global. Devido aos sólidos fundamentos da economia brasileira e do momento em que a crise internacional foi deflagrada, o Brasil apresentou um crescimento no Produto Interno Bruto acumulado até o terceiro trimestre de 2008 de 6,4% e confirmou as expectativas do mercado, conseguindo registrar um crescimento do PIB acima de 5% no acumulado do ano de 2008. Em função do processo de desaceleração no nível de atividade, a inflação situou-se dentro da meta do Banco Central, porém acima do centro com o IPCA variando 5,9% no ano. O cenário de arrefecimento na atividade econômica possibilitou o Banco Central reiniciar o ciclo de política monetária expansionista. Pressionada pelo aumento da aversão ao risco, a taxa de câmbio sofreu depreciação de 30,5% (PTAX de venda no fim do período) frente ao dólar americano e fechou ano com uma taxa média de R\$ 2,31 versus R\$ 1,77 no final de 2007. A balança comercial manteve a trajetória de queda com redução de R\$ 40,0 bilhões para R\$ 24,7 bilhões no acumulado até dezembro/08. Diante de um crescimento relativamente forte do PIB, o nível de arrecadação do governo federal se manteve em patamares elevados, produzindo um superávit primário de R\$ 118,0 bilhões no acumulado até dezembro/08, versus R\$ 101,6 bilhões no mesmo período de 2007. O volume de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 1.227,0 bilhões em dezembro de 2008, uma expansão de 31,1% durante os últimos doze meses.

Dentro deste ambiente, o Daycoval adotou uma estratégia conservadora que gerou uma pausa na evolução da carteira de crédito, notadamente das operações de varejo, refletindo o comportamento da captação do Daycoval, a qual melhorou sensivelmente nos períodos subsequentes. Aliado a isso, novos esforços foram colocados em prática para a recuperação das garantias oferecidas e para a readequação da estrutura organizacional.

O Daycoval fechou o ano com uma situação confortável de caixa, o qual totalizava mais de R\$ 1,0 bilhão em dezembro de 2008, um patrimônio líquido de R\$ 1,6 bilhão e ativos totais da ordem de R\$ 6,8 bilhões. Destaca-se ainda o lucro líquido de R\$ 200,2 milhões de 2008, o qual gerou uma margem financeira líquida de 10,6%.

2009

Muito diferente do que previa a maioria das análises feitas no início de 2009, as economias mundial e brasileira encerraram o ano em condições mais positivas. Isto porque, no campo externo, foram tomadas diversas medidas pelas principais economias do mundo para superar o período de recessão, além do crescimento registrado em alguns países emergentes, como a China e a Índia. Já o Brasil conseguiu obter uma posição diferenciada, graças aos rápidos sinais de



retorno da atividade econômica e a solidez alcançada, mesmo após o advento de uma das maiores crises que o mundo já vivenciou.

No entanto, vários desafios ainda se colocam no caminho para uma recuperação mais intensa no âmbito local. Entre eles, destacam-se as questões sobre a taxa de juros e a inflação. A adoção de políticas monetária e fiscal expansionistas para conter a crise estimulou o consumo e impulsionou a demanda agregada. Embora a inflação se encontre sob controle, a expectativa atual do mercado é de uma elevação dos juros para conter uma eventual alta nos preços. Entretanto, permanecem dúvidas sobre a dimensão deste aumento, ainda mais considerando o fato de 2010 ser um ano eleitoral.

Outro importante aspecto está relacionado à condução da política cambial, uma vez que o aumento dos investimentos estrangeiros diretos e indiretos no país, fez com que o Real se apreciasse frente ao dólar, dificultando as exportações e deixando o produto brasileiro em desvantagem perante a concorrência. Em linhas gerais, as perspectivas para 2010 apontam para um crescimento mundial moderado, com a presença de alguma volatilidade, devido às incertezas que ainda permanecem perante a economia de alguns países desenvolvidos. No Brasil, as estimativas são de uma elevação superior a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e de uma inflação dentro da meta de 4,5%. O volume de crédito do sistema financeiro totalizou R\$1.410 bilhões em dezembro, uma elevação de 15% se comparado ao ano de 2008.

Com a melhora do cenário observada, sobretudo no segundo semestre, o Daycoval registrou uma expressiva evolução das condições de captação, e principalmente, da qualidade do nosso portfólio o que propiciou realizar relevantes reversões de provisões no último trimestre do ano. Além disso, buscou as melhores oportunidades para elevar as operações de crédito, encerrando o ano com um montante de R\$ 3,9 bilhões, mesmo patamar de 2008, apesar de ter sido verificada uma redução de 11,2% na primeira metade de 2009. Mesmo com um reduzido nível de alavancagem obteve em 2009 um lucro líquido de R\$ 211,1 milhões, um retorno sobre o patrimônio líquido médio de 12,9% e um índice de eficiência de 22,5%.

2010

O cenário internacional apresenta dúvidas em relação à sustentação do crescimento global. As principais economias do mundo estão revendo suas medidas políticas e econômicas para colocar seus países novamente em ritmo de crescimento e dar robustez ao sistema financeiro. Nos EUA, o mercado de trabalho segue em recuperação. A China continua em expansão apesar de suas frágeis bases econômicas e desenvolvimento desequilibrado. O Japão busca alternativas para vencer a deflação. Já os governantes dos países da zona do euro, notadamente Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha continuam buscando novas medidas macro-prudenciais com o intuito de equilibrar suas contas e voltar a crescer.

No âmbito interno, a economia brasileira viveu um período promissor em 2010. O conjunto de medidas expansionistas adotadas pelo governo em 2009, quando houve aumento dos gastos públicos, redução de impostos e expansão do crédito, contribuiu para a expansão do consumo e conseqüentemente da demanda agregada. O volume de crédito no Brasil cresceu 20,5% em relação a 2009, atingindo um nível recorde de 46,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. No ano o PIB teve um crescimento expressivo de 7,5% ante 2009.

Neste contexto interno favorável, o Daycoval registrou expressiva evolução da carteira de crédito da ordem de 45,9%, alcançando saldo de R\$5.567,4. Em linha com o crescimento da carteira, a captação totalizou R\$ 5.241,1 milhões, apresentando uma evolução de 44,4% em relação ao exercício findo em 2009, proporcionando sustentabilidade para as novas operações de crédito. Em 2010 obtivemos lucro líquido de R\$ 274,7 milhões e retorno sobre o patrimônio líquido médio de 16,0%.

Em 2011, o Daycoval continuará investindo na expansão da carteira de crédito e no *cross-selling* de produtos, com o objetivo de aumentar a rentabilidade.

10.1.b - Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

- **Composição do patrimônio líquido:**



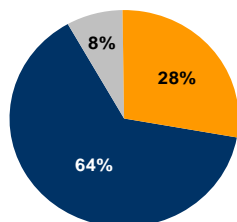
Capital social	
Reservas de capital	
Reservas de reavaliação	
Reservas de lucros	
Ajustes de avaliação patrimonial – títulos e valores mobiliários	
Ações em tesouraria	
Total do patrimônio líquido	

	2008	2009	2010
Capital social	1.359,1	1.359,1	1.359,1
Reservas de capital	0,2	0,2	-
Reservas de reavaliação	2,0	1,6	1,4
Reservas de lucros	267,7	345,9	424,8
Ajustes de avaliação patrimonial – títulos e valores mobiliários	(4,9)	0,4	0,4
Ações em tesouraria	(16,9)	(14,5)	(7,9)
Total do patrimônio líquido	1.607,2	1.692,7	1.777,8

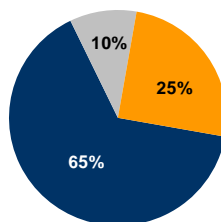
2008
 Total de Ações ON: 142.418.179
 Total de Ações PN: 80.215.333
 Ações PN: 77.599.933
 Ações PN em Tesouraria: 2.615.400
 Total de Ações ON + PN: 222.633.512

2009
 Total de Ações ON: 142.418.179
 Total de Ações PN: 73.906.333
 Ações PN: 72.349.033
 Ações PN em Tesouraria: 1.557.300
 Total de Ações ON + PN: 216.324.512

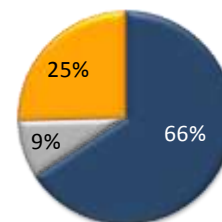
2010
 Total de Ações ON: 142.418.179
 Total de Ações PN: 73.906.333
 Ações PN: 73.060.274
 Ações PN em Tesouraria: 846.059
 Total de Ações ON + PN: 216.324.512



■ Daycoval Holding Financeira S/A
 ■ Acionistas Família Controladora + Tesouraria
 ■ Free Float



■ Daycoval Holding Financeira S/A
 ■ Acionistas Família Controladora + Tesouraria
 ■ Free Float



■ Daycoval Holding Financeira S/A
 ■ Acionistas Família Controladora + Tesouraria
 ■ Free-Float

• Plano de recompra de ações

2008

Conforme Reunião do Conselho de Administração do Daycoval, realizada em 4 de abril de 2008 e aviso ao mercado publicado nos dias 5 e 7 de abril de 2008, foi deliberado e aprovado o Plano de Recompra de Ações de emissão própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social e com a utilização de reservas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com a Instrução CVM nº 10/80 e Estatuto Social do Daycoval. O objetivo do plano foi o de recomprar ações em circulação, para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, em até 10% (dez por cento) das ações preferenciais nominativas em circulação representadas por até 6.426.316 (seis milhões, quatrocentos e vinte e seis mil e trezentas e dezesseis) ações preferenciais, sendo que o prazo deste plano vigorou até 3 de abril de 2009.

2009

Conforme Reunião do Conselho de Administração do Daycoval, realizada em 3 de abril de 2009, foi deliberada e aprovada a renovação do Plano de Recompra de Ações iniciado em 2008 com os mesmos objetivos descritos anteriormente e com prazo de vigência até 6 de outubro de 2009. E em 2 de outubro de 2009, o BACEN homologou o ato societário do Daycoval, representado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2009, que deliberou e aprovou o cancelamento de 6.309.000 (seis milhões trezentas e nove mil) ações preferenciais nominativas que se encontravam em tesouraria, sem redução do valor do capital social.

Conforme Reunião do Conselho de Administração do Daycoval, realizada em 7 de outubro de 2009, foi deliberado e aprovado um novo Plano de Recompra de Ações de emissão própria, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social e com a utilização de reservas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76, com a Instrução CVM nº 10/80 e Estatuto Social do Daycoval. O objetivo do plano é o de recomprar as ações em circulação, para permanência em tesouraria e posterior alienação, ou cancelamento, até 2,8% das ações



preferenciais nominativas em circulação representadas por até 1.557.392 (um milhão, quinhentas e cinquenta e sete mil e trezentas e noventa e duas) ações preferenciais, sendo o prazo de vigência até 6 de outubro de 2010.

2010

Durante o ano de 2010, as recompras de ações de emissão própria realizadas pelo Banco, alcançaram o percentual máximo de 2,8% das ações preferenciais em circulação, cujas características estão descritas a seguir.

Ações em tesouraria:

O quadro a seguir apresenta informações referentes às ações de emissão própria em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008:

	2010	2009	2008
Quantidade de Ações Preferenciais em Tesouraria	846.059	1.557.300	2.615.400

O quadro a seguir apresenta a movimentação das ações em tesouraria durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e de 2008:

	2010	2009	2008
Saldo no início do exercício	1.557.300	2.615.400	-
Aquisição de ações de emissão própria	92	5.250.900	2.615.400
Alienação ou cancelamento de ações de emissão própria ⁽¹⁾⁽²⁾	(711.333)	(6.309.000)	-
Saldo ao final do exercício	846.059	1.557.300	2.615.400

(1) Conforme Reunião do Conselho de Administração do Banco, realizada em 11 de março de 2010, foi aprovada a alienação de ações mantidas em tesouraria para atender aos exercícios de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações.

(2) Em 2 de outubro de 2009, o BACEN homologou o ato societário do Banco, representado pela Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 31 de julho de 2009, que deliberou e aprovou o cancelamento de 6.309.000 (seis milhões trezentas e nove mil) ações preferenciais nominativas que se encontravam em tesouraria, sem redução do valor do capital social. As referidas ações foram adquiridas pelo Banco de acordo com o Programa de Recompra de Ações, aprovado em Reuniões do Conselho de Administração, realizadas em 4 de abril de 2008 e em 3 de abril de 2009, sendo esta última para a renovação do programa.

Desta forma, o capital social que é de R\$1.359.143 e era dividido em 222.633.512 ações, sendo 142.418.179 ações ordinárias e 80.215.333 ações preferenciais, passou a ser dividido em 216.324.512 ações, sendo 142.418.179 ações ordinárias e 73.906.333 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

- **Índice de Basileia**

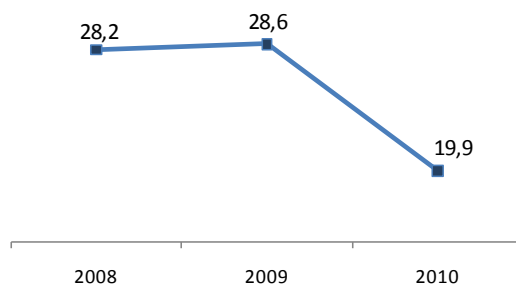
Os Comunicados 12.746/04 e 16.137/07 editados pelo BACEN tratam das diretrizes e cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia II), que estabelece critérios mais adequados para alocação de capital regulamentar, com base nos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras. Em 29 de agosto de 2007, o BACEN divulgou a Resolução nº 3.490 dispondo sobre os novos critérios para apuração do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), cujos dispositivos entraram em vigor em 01 de julho de 2008.

Conforme os critérios estabelecidos, em 31 de dezembro de 2010, o Índice de Basileia II, calculado com base na abordagem padronizada, foi de 19,9% (28,6% em 2009 e 28,2% em 2008), mantendo, dessa forma, a compatibilidade do capital com a estrutura de ativos do Banco.

É importante mencionar que, apesar da redução do índice de Basileia de 8,7 p.p em relação a 2009 e 8,3 p.p em relação a 2008, o mesmo encontra-se em patamares elevados, em linha com a estratégia conservadora do Banco Daycoval. O índice de Basileia do Daycoval está 8,9 p.p acima da exigência mínima do Banco Central que é de 11%.



Índice de Basileia (%)



Quanto à possibilidade de resgate de ações, informamos que as ações emitidas pelo Daycoval não possuem cláusulas de resgate.

10.1.c - Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Daycoval apresenta plena capacidade de honrar seus compromissos financeiros assumidos. Com um modelo de negócio que prioriza a preservação de recursos em caixa e a adequação entre seus ativos e passivos, o Daycoval busca sempre minimizar a exposição a eventuais descasamentos entre taxas e prazos obtidos em suas operações, em consonância com as estratégias estabelecidas na Política de Risco de Liquidez, como pode ser verificado no quadro abaixo:

	2008	2009	2010
Ativos Líquidos (R\$ MM) ⁽¹⁾	1.252,7	1.789,3	1.590,5
Captação Total (R\$ MM) ⁽²⁾	3.424,0	3.630,8	5.241,1
Carteira de Crédito Total (R\$ MM)	3.705,5	3.814,9	5.567,4
Prazo Médio Captação (dias)	428	516	515
Prazo Médio Carteira de Crédito (dias)	406	404	407

⁽¹⁾ Compõem os ativos líquidos: disponibilidades; aplicações interfinanceiras de liquidez; títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras.

⁽²⁾ Compõem a captação total: depósitos; letras financeiras; emissões externas; e obrigações por empréstimos e repasses.

10.1.d - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O Daycoval prioriza a diversificação de suas fontes de captação, visando assegurar a adequação da captação com o perfil da carteira de crédito, com o objetivo de evitar descasamentos de prazos e taxas de juros e de garantir liquidez para usufruir das oportunidades de crescimento. A principal fonte de captação do Daycoval, nos três últimos exercícios, foram os depósitos a prazo. Cabe destacar que em 2007 o Daycoval captou R\$ 936,4 milhões via oferta inicial de ações (IPO) no Nível 1 da Bolsa de Valores de São Paulo (atual BM&FBOVESPA).

O Daycoval utiliza-se, também, de captação de recursos no exterior, tanto através de linha de bancos estrangeiros para financiar as operações de exportação e importação de clientes, como através de emissão de Eurobonds e de empréstimo sindicalizado pelo Internacional Finance Corporation – IFC e Inter American Investment Corporation – IIC e, ainda, conta com linha denominada Export Credit Guarantee Program (GSM-102) coberta pelo United States Department of Agriculture (USDA).

Em 2008 o Daycoval tornou-se agente repassador de recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Segue abaixo detalhamento das principais fontes de captação do Daycoval:



Captação (Funding) (R\$ MM)

	2008	2009	2010
Depósitos Totais	1.757,0	2.381,8	3.193,9
Depósitos à Vista + Outros Depósitos	114,0	124,7	204,2
Depósitos a Prazo	1.179,4	2.122,5	2.790,8
Depósitos Interfinanceiros	463,6	134,6	198,9
Letras Financeiras	-	-	3,2
Emissões Externas	785,5	373,4	664,3
Obrigações por Empréstimos e Repasses	881,5	875,6	1.379,7
Total	3.424,0	3.630,8	5.241,1

Acordo de Investimento e emissão de bônus de subscrição de ações:

O Daycoval firmou Acordo de Investimento (“acordo” ou “operação”) com investidores institucionais captando aproximadamente R\$410 milhões durante o trimestre findo em 31 de março de 2009. Os participantes do acordo são: Cartesian Capital Group, Wolfensohn Capital Partners, International Finance Corporation (IFC) e os acionistas controladores. Os acionistas minoritários também puderam participar usufruindo das mesmas condições que os demais participantes.

Para o Daycoval, entre os principais objetivos do acordo destacaram-se os seguintes:

- Aumentar a liquidez e reforçar a estrutura de capital;
- Fortalecer a base de captação para possibilitar a expansão da carteira de crédito no segmento de “middle market”; e
- Diversificar as fontes de captação e estender o prazo médio.

A operação possui uma estrutura pioneira, pois consiste numa oferta privada de bônus de subscrição de ações ordinárias e de ações preferenciais. Apenas a forma que previa que o subscritor do bônus optasse pela subscrição das ações em momento posterior foi exercida.

Nesta opção, os subscritores efetuaram aplicação em Certificado de Depósito Bancário (CDB) de emissão do Daycoval, com as seguintes características:

- Rendimento médio de 99% da Taxa DI-CETIP Over, sendo de 110% da Taxa DI-CETIP Over, no período compreendido entre a data da efetiva aplicação dos recursos e 31 de março de 2013 e, a partir de 31 de março de 2013 até 31 de março de 2014, rendimento de 55% da Taxa DI-CETIP Over, calculada e divulgada pela Cetip; e
- Poderá ser resgatado de forma antecipada, parcial ou integralmente, pelo detentor do Bônus, exclusivamente para subscrição das ações, em decorrência do exercício dos Bônus (o que será possível a partir de 31 de março de 2011) a um preço fixo de R\$7,75 por ação.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de outubro de 2010, foi aprovada possibilidade de resgate antecipado dos Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”) emitidos pelo Banco nos termos da ata de Reunião do Conselho de Administração e do Aviso aos Acionistas, ambos datados de 19 de fevereiro de 2009. O eventual resgate antecipado dos CDBs será submetido à aprovação da Diretoria mediante negociação com seus respectivos titulares em condições favoráveis ao Banco, tendo em vista o cenário econômico e a liquidez no mercado financeiro, e (i) não constituirá Hipótese de Resgate Antecipado dos CDBs, conforme previsto no item 16 da ata de Reunião do Conselho de Administração e do Aviso aos Acionistas datados de 19 de fevereiro de 2009, (ii) não afetará os prazos e condições dos CDBs não resgatados e (iii) não afetará as demais disposições da ata de Reunião do Conselho de Administração e do Aviso aos Acionistas datados de 19 de fevereiro de 2009, notadamente em relação aos prazos e condições para exercício dos Bônus de Subscrição emitidos pelo Banco.

Até 31 de dezembro de 2010, foram resgatados, no âmbito da deliberação acima, R\$74.000 dos R\$410.000 captados em 2009.

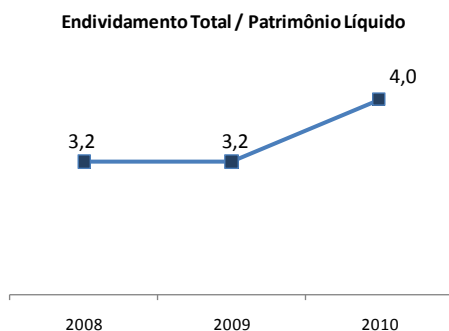


10.1.e - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes para cobertura de deficiências de liquidez

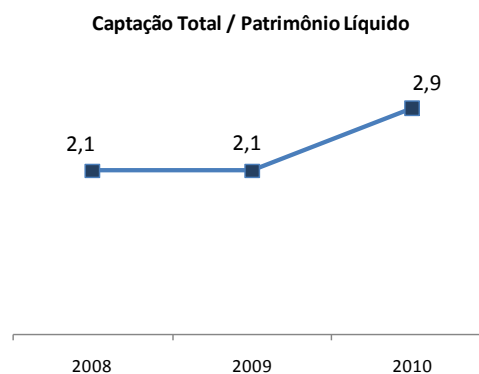
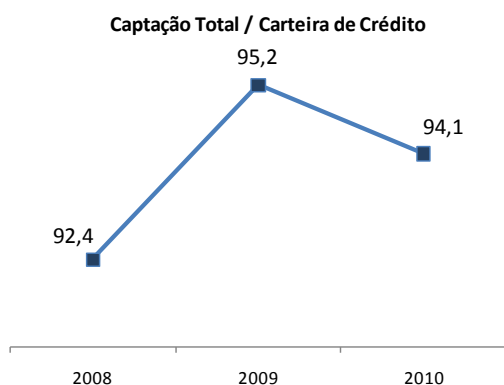
O Daycoval não apresenta deficiências de liquidez e, devido à baixa alavancagem e alto nível de liquidez existentes, não vislumbramos eventual deficiência de liquidez para 2011. Contudo, adotamos Política de Risco de Liquidez que monitora o nível de liquidez, assim como realiza testes de estresse para avaliar a necessidade de possível acionamento do Plano de Contingência existente. Dentre as fontes em regime de contingência estão: (i) utilização do *funding* disponível, interno e /ou externo; (ii) Redução das operações de crédito e (iii) realizar Cessão de Crédito.

10.1.f - Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O alinhamento e a adequação das fontes e prazos das operações de captação são de suma importância na visão estratégica do Daycoval, considerando as diferentes características das modalidades de operações de crédito realizadas. O nível de endividamento (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante dividido pelo Patrimônio Líquido) tem se situado em patamar muito baixo, correspondendo em 2010 em 4 vezes o patrimônio líquido do Daycoval, como demonstrado no gráfico abaixo:



Outros métodos que o Daycoval também utiliza para verificação do nível de endividamento são a relação entre o montante de captação e a carteira de crédito e entre o montante da captação e o patrimônio líquido, conforme abaixo:





Como também apresentado no item 10.1.d, o Daycoval possui uma estrutura diversificada de Funding. Abaixo, relacionamos as principais características das fontes de captação:

- **Depósitos**

O quadro, a seguir, apresenta a segregação dos depósitos e o prazo médio dos mesmos:

Segregação dos depósitos (R\$ MM)	2008	2009	2010
Pessoas jurídicas + depósitos à vista	402,8	1.093,5	1.260,1
Fundações	151,8	281,4	245,2
Pessoas físicas	358,1	447,2	639,2
Instituições financeiras + depósitos interfinanceiros	471,9	141,9	203,2
Fundos de investimento	372,4	417,8	846,2
Total	1.757,0	2.381,8	3.193,9
Prazo médio (dias)	273	699	296

i. **Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**

- **Emissões Externas / Obrigações / Empréstimos e Repasses**

O Daycoval também utiliza fontes de funding advindas do mercado externo. Com um programa aberto de Eurobonds de US\$ 1 bilhão, o Daycoval vem realizando operações ao longo dos últimos anos, além de estruturar novas captações com órgãos multilaterais. Abaixo, relacionamos as principais características das operações de Eurobonds e dos empréstimos e repasses em 31 de dezembro de 2010:

	Data da Operação	Vencimento	Montante (US\$ MM)
Eurobond	jul/08	jul/11	100
International Finance Corporation (IFC)	dez/07	jan/13 (vencimento da última tranche)	115
Empréstimo Sindicalizado (IFC)	jun/10	junho/14 (vencimento da última tranche)	165
Eurobond	mar/10	mar/15	300
Empréstimo Sindicalizado (IIC)	nov/10	nov/15 (vencimento da última tranche)	112,5

Conforme divulgado ao mercado em 10 de março de 2010, foi captado o montante de US\$ 300,0 milhões, pelo prazo de cinco anos, através de uma nova *tranche* dentro do Programa de *Eurobonds* de US\$ 1 bilhão, acima mencionado. Os papéis estão listados na Bolsa de Valores da Irlanda, sob o formato de "*Sênior Unsecured Notes*", e pagam juros semestrais.

Vale destacar, ainda, o empréstimo sindicalizado com o IFC (integrante do Grupo Banco Mundial) no valor aproximado de US\$ 165 milhões com prazo de até 4 anos, realizado em junho de 2010 e as operações de repasses do BNDES que somaram cerca de R\$ 263,7 milhões no final de 2010.

Em novembro de 2010, foi realizado empréstimo sindicalizado junto ao IIC (Inter-American Investment Corporation) no valor aproximado de US\$ 112,0 milhões. Este financiamento irá ajudar o Daycoval não somente a diversificar sua base de captações, mas também alongar o prazo médio.

ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não aplicável.

iii. **Grau de subordinação entre dívidas**



Não aplicável.

iv. Eventuais restrições, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

O Daycoval observa o cumprimento dos compromissos financeiros relacionados à manutenção de determinados índices de performance, liquidez e endividamento, denominados “financial covenants”, atrelados aos contratos de empréstimos com o “International Finance Corporation - IFC” e com o “Inter-American Investment Corporation - IIC” que, caso não sejam cumpridos, podem acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Daycoval e estas instituições. Além dos compromissos financeiros descritos acima, algumas das outras obrigações contratuais que o Daycoval tem de cumprir indicam restrições impostas à alienação ou mudança do controle societário, cumprir com determinados índices financeiros de endividamento e rentabilidade nas suas operações, distribuição de lucros e dividendos e de alienação de ativos.

10.1.g - Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Com relação ao programa aberto de *Eurobonds* no total de US\$ 1,0 bilhão, em 31 de dezembro de 2009 haviam sido utilizados US\$ 225,0 milhões. Em março de 2010, em virtude de uma nova captação de US\$ 300,0 milhões, dentro do mesmo programa, o montante total utilizado passou a ser de US\$ 525,0 milhões.

Já os repasses do BNDES contavam com limite contratado e não utilizado de R\$ 90,0 milhões em dezembro de 2010.

10.1.h – Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Com o objetivo de facilitar a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do Banco, são apresentadas, a seguir, as alterações nos balanços patrimoniais dos exercícios de 2010, de 2009 e de 2008. Essas peças contábeis integram as demonstrações financeiras anuais padronizadas (DFP) dos referidos exercícios, e são acompanhadas pelo relatório da administração que estão disponíveis no endereço eletrônico de Relações com Investidores do Daycoval.

Os comentários sobre as variações significativas dos itens que integram as demonstrações financeiras consolidadas do Daycoval, foram efetuados considerando-se o balanço patrimonial de 2010 em comparação ao de 2009 e de 2009 em comparação ao de 2008.

Os comentários sobre as variações significativas dos itens que integram o resultado dos exercícios de 2010, de 2009 e de 2008 são comentados no item 10.2.a.

Comentários do exercício de 2010 em comparação com o exercício de 2009:

	2010	2009	Variação	%
ATIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	8.928,3	7.050,0	1.878,3	26,64%
Disponibilidades	11,3	31,5	(20,2)	(64,13)%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.598,4	2.142,8	(544,4)	(25,41)%
Aplicações no mercado aberto	1.355,5	2.075,6	(720,1)	(34,69)%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	239,8	48,8	191,0	391,39%
Aplicações em moedas estrangeiras	3,1	18,4	(15,3)	(83,15)%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.126,4	854,2	272,2	31,87%
Carteira própria	836,4	552,2	284,2	51,47%
Vinculados a operações compromissadas	205,8	246,7	(40,9)	(16,58)%
Instrumentos financeiros derivativos	32,2	22,9	9,3	40,61%
Vinculados à prestação de garantias	52,0	32,4	19,6	60,49%



	2010	2009	Varição	%
Relações interfinanceiras	87,3	16,1	71,2	442,24%
Créditos vinculados-				
Depósitos no Banco Central	76,2	2,0	74,2	3710,00%
Correspondentes	11,1	14,1	(3,0)	(21,28)%
Operações de crédito	5.157,3	3.465,2	1.692,1	48,83%
Operações de crédito	5.335,9	3.677,4	1.658,5	45,10%
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(178,6)	(212,2)	33,6	(15,83)%
Outros créditos	854,2	459,3	394,9	85,98%
Carteira de câmbio	209,9	100,5	109,4	108,86%
Rendas a receber	4,0	1,2	2,8	233,33%
Prêmios de Seguros a Receber	0,5	0,5	-	0,00%
Negociação e intermediação de valores	0,7	-	0,7	100,00%
Outros créditos diversos	639,5	358,1	281,4	78,58%
(Provisão para outros créditos)	(0,4)	(1,0)	0,6	(60,00)%
Outros valores e bens	93,4	80,9	12,5	15,45%
Bens não de uso próprio	25,2	27,7	(2,5)	(9,03)%
(Provisão para perdas com BNDU)	(3,9)	(4,8)	0,9	(18,75)%
Despesas antecipadas	72,1	58,0	14,1	24,31%
PERMANENTE	10,2	10,8	(0,6)	(5,56)%
Investimentos	0,6	0,4	0,2	50,00%
Outros investimentos	0,6	0,4	0,2	50,00%
Imobilizado de uso	9,6	10,4	(0,8)	(7,69)%
Imóveis de uso	10,5	10,5	-	0,00%
(Depreciações acumuladas)	(6,0)	(5,6)	(0,4)	7,14%
Outras imobilizações de uso	10,4	10,5	(0,1)	(0,95)%
(Depreciações acumuladas)	(5,3)	(5,0)	(0,3)	6,00%
Intangível	-	-	-	0,00%
Ativos intangíveis	0,3	0,3	-	0,00%
(Amortizações acumuladas)	(0,3)	(0,3)	-	0,00%
TOTAL DO ATIVO	8.938,5	7.060,8	1.877,7	26,59%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, à redução nas operações compromissadas com vencimento de 1 dia útil, utilizando-se como lastro destas operações parte da carteira própria de títulos e valores mobiliários que está destacada na rubrica de “Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – Vinculados a operações compromissadas”. Os recursos outrora aplicados nestas operações foram aplicados em: (i) parte em aplicações em depósitos interfinanceiros de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional; (ii) parte em títulos e valores mobiliários emitidos pelo governo brasileiro; e (iii) parte para fomentar novas operações de crédito que apresenta aumento de 48,83% (vide item “Operações de crédito”).

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, a: (i) aumento da carteira de títulos e valores mobiliários, principalmente, aumento dos investimentos em títulos públicos federais. A carteira de títulos e valores mobiliários, que em 31 de dezembro de 2010 monta R\$1.094,2 milhões, é substancialmente composta por: (a) títulos públicos federais, representando 65,4% da carteira; (b) títulos privados (ações, CDBs com garantias especiais – “DPGE” e debêntures), representando 13,7% da carteira; (c) cotas de fundos de investimento mantidas por empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, representando 12,1% da carteira; e (d) títulos emitidos no exterior, mantidos pela nossa dependência Daycoval Cayman Branch, representando 8,8% da carteira.

Os instrumentos financeiros derivativos que apresentaram variação positiva de 40,6%, são representados, substancialmente, por operações de *swap*, utilizadas para proteção do patrimônio líquido do Daycoval, contra as oscilações de indicadores de mercado, principalmente variação cambial que é o principal índice de remuneração das emissões realizadas no exterior e das



captações junto a outros bancos, também no exterior. Estas captações estão registradas nas rubricas de “Recursos de aceites cambiais – Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” que, em 31 de dezembro de 2010, monta US\$400 milhões e “Obrigações por empréstimos e repasses – Empréstimos no exterior”, que em 31 de dezembro de 2010, monta US\$277,5 milhões e €\$23,5 milhões.

Relações interfinanceiras

A variação apresentada neste item refere-se, substancialmente, à reclassificação do montante de R\$76,2 milhões da rubrica de “Disponibilidades” para a rubrica de “Créditos vinculados – Depósitos no Banco Central” por se tratar de montante exigido para o cumprimento das exigibilidades de depósitos compulsórios referentes aos depósitos à vista mantidos por clientes junto ao Daycoval.

Operações de crédito

A carteira de operações de crédito do Daycoval apresentou variação de 48,83% durante o exercício de 2010, em função dos seguintes principais aspectos: (i) aumento de redução de R\$895,1 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do *middle market*, o que representa uma variação positiva de 45,9%, em relação o exercício de 2009; e (ii) aumento de R\$398,4 milhões no saldo médio de empréstimos consignados em folha de pagamento, o que representa uma variação positiva de 49%, em relação ao exercício de 2009.

Outros créditos

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao aumento das operações de câmbio em função de decisão de retomada das operações cambiais, como operações de compra de câmbio junto aos nossos clientes exportadores, lastreadas por letras de câmbio.

Em relação à rubrica de “Outros créditos diversos”, as variações apresentadas referem-se substancialmente a: (i) aumento na constituição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$8,7 milhões; (ii) aumento no montante R\$50,0 milhões no saldo de depósitos judiciais para fazer frente aos questionamentos jurídicos impetrados pelo Daycoval; e (iii) aumento na rubrica de “Títulos e crédito a receber” no montante de R\$185,1 milhões, representados por compra de direitos creditórios sem o direito de regresso.

Outros valores e bens

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, a aumento no montante de R\$14,1 milhões na rubrica de “Despesas antecipadas”, que são diferidas de acordo com prazo de vencimento dos contratos que as originaram.

	2010	2009	Varição	%
PASSIVO CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.153,7	5.362,5	1.791,2	33,40%
Depósitos	3.193,9	2.381,8	812,1	34,10%
Depósitos à vista	202,0	122,7	79,3	64,63%
Depósitos interfinanceiros	198,8	134,6	64,2	47,70%
Depósitos a prazo	2.790,8	2.122,5	668,3	31,49%
Outros depósitos	2,3	2,0	0,3	15,00%
Captações no mercado aberto	1.134,5	1.190,0	(55,5)	(4,66)%
Carteira própria	191,6	244,1	(52,5)	(21,51)%
Carteira de terceiros	942,9	945,9	(3,0)	(0,32)%
Recursos de aceites e emissão de títulos	667,5	373,5	294,0	78,71%
Letras financeiras	3,2	-	3,2	100,00%
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	664,3	373,5	290,8	77,86%
Relações interfinanceiras	-	1,3	(1,3)	(100,00)%
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	1,3	(1,3)	(100,00)%
Relações interdependências	7,9	1,0	6,9	690,00%



	2010	2009	Varição	%
Recursos em trânsito de terceiros	7,9	1,0	6,9	690,00%
Obrigações por empréstimos e repasses	1.379,7	875,5	504,2	57,59%
Empréstimos no país	86,6	122,0	(35,4)	(29,02)%
Empréstimos no exterior	1.029,4	628,6	400,8	63,76%
Repasses do país	263,7	101,5	162,2	159,80%
Repasses do exterior	-	23,4	(23,4)	(100,00)%
Instrumentos financeiros derivativos	87,0	25,2	61,8	245,24%
Instrumentos financeiros derivativos	87,0	25,2	61,8	245,24%
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	19,5	5,7	13,8	242,11%
Outras obrigações	663,7	508,5	155,2	30,52%
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2,5	1,5	1,0	66,67%
Carteira de câmbio	5,3	8,7	(3,4)	(39,08)%
Sociais e estatutárias	37,5	25,7	11,8	45,91%
Fiscais e previdenciárias	554,3	404,7	149,6	36,97%
Negociação e intermediação de valores	0,7	0,3	0,4	133,33%
Outras obrigações diversas	63,4	67,6	(4,2)	(6,21)%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	6,4	5,0	1,4	28,00%
Resultados de exercícios futuros	6,4	5,0	1,4	28,00%
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	0,6	0,5	0,1	20,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.777,8	1.692,8	85,0	5,02%
Capital-				
De domiciliados no país	1.359,1	1.359,1	-	0,00%
Reservas de capital	-	0,2	(0,2)	(100,00)%
Reservas de reavaliação	1,4	1,6	(0,2)	(12,50)%
Reservas de lucros	424,8	345,9	78,9	22,81%
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	0,4	0,5	(0,1)	(20,00)%
Ações em tesouraria	(7,9)	(14,5)	6,6	(45,52)%
TOTAL DO PASSIVO	8.938,5	7.060,8	1.877,7	(100,00)%

Depósitos

A principal fonte de captação continua sendo os depósitos a prazo que representam 53,2% do total do *funding*, graças ao adequado custo e prazo deste instrumento, refletido pelo histórico de solidez e credibilidade que o Daycoval conquistou ao longo de sua história. Especialmente durante o quarto trimestre de 2010, o Daycoval optou em aumentar a captação em depósitos interfinanceiros que, em 31 de dezembro de 2010, montam R\$198,8 milhões (3,8% do total do *funding*), pois estas operações tiveram uma melhora nos custos e alongamento de prazos.

O total de depósitos em 31 de dezembro de 2010 somou R\$3.193,9 milhões, motivado principalmente pela maior procura deste tipo de investimento por parte das administradoras de recursos.

Recursos de aceites e emissões de títulos

A variação apresentada neste item se dá, principalmente, pela captação de US\$300,0 milhões em 16 de março de 2010, com prazo de vencimento de 5 anos, com taxa de juros semestrais de 6,5% ao ano.

Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses, tiveram variação positiva de 57,6% no exercício de 2010 em comparação a 2009, principalmente em função do aumento de: (i) 63,7% nas operações de registradas na rubrica de “Empréstimos no exterior”,



motivadas pelas novas captações junto ao IIC (Inter-American Investment Corporation) no valor de US\$112,0 milhões, o qual foi finalizado em novembro de 2010. Este financiamento proporciona ao Daycoval não somente a diversificação de sua base de captações, mas também alongar o prazo médio de seu *funding* total. O total de captações registradas nesta rubrica é composto por empréstimos totais de US\$277,5 milhões e de €\$23,5 milhões.

O Daycoval é Agente Repassador do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), oferecendo agilidade e atendimento diferenciado ao segmento de pequenas e médias empresas. As captações realizadas nas modalidades de “Repasse BNDES” e “Repasse FINIMP” montam, respectivamente em 31 de dezembro de 2010, R\$105,4 milhões e R\$158,3 milhões, representando uma variação de 159,8% em relação a 2009, o que reflete a decisão da Administração em aumentar o volume de operações atreladas aos recursos disponibilizados pelo BNDES.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos que apresentaram variação positiva de 245,2%, são representados, substancialmente, por operações de *swap*, utilizadas para proteção do patrimônio líquido do Daycoval, contra as oscilações de indicadores de mercado, principalmente variação cambial que é o principal índice de remuneração das emissões realizadas no exterior e das captações junto a outros bancos, também no exterior. Estas captações estão registradas nas rubricas de “Recursos de aceites cambiais – Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior” que, em 31 de dezembro de 2010, monta US\$400 milhões e “Obrigações por empréstimos e repasses – Empréstimos no exterior”, que em 31 de dezembro de 2010, monta US\$277,5 milhões e €\$23,5 milhões.

Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização

A variação apresentada neste item reflete o aumento no volume de operações realizadas com o seguro DPVAT, pela controlada Dayprev.

Outras obrigações

As variações apresentadas neste item referem-se substancialmente a: (i) aumento de R\$11,8 milhões em função da provisão, em 31 de dezembro de 2010, de remuneração aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, disponibilizados em 17 de janeiro de 2011; e (ii) aumento de R\$86,4 milhões na rubrica “Fiscais e previdenciárias” representado, substancialmente, pelo aumento no montante das provisões para obrigações legais.

Comentários do exercício de 2009 em comparação com o exercício de 2008:

	2009	2008	Variação	%
ATIVO CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7.050,0	6.817,9	232,1	3,4%
Disponibilidades	31,5	45,8	(14,3)	(31,2)%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.142,8	1.801,4	341,4	18,9%
Aplicações no mercado aberto	2.075,6	1.784,7	290,9	16,3%
Aplicações em depósitos interfinanceiros	48,8	10,1	38,7	383,2%
Aplicações em moedas estrangeiras	18,4	6,6	11,8	178,8%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	854,2	966,5	(112,3)	(11,6)%
Carteira própria	552,2	246,4	305,8	124,1%
Vinculados a operações compromissadas	246,7	447,4	(200,7)	(44,9)%
Instrumentos financeiros derivativos	22,9	172,6	(149,7)	(86,7)%
Vinculados à prestação de garantias	32,4	100,1	(67,7)	(67,6)%
Relações interfinanceiras	16,1	12,9	3,2	24,8%
Créditos vinculados-				
Depósitos no Banco Central	2,0	2,9	(0,9)	(31,0)%
Correspondentes	14,1	10,0	4,1	41,0%
Operações de crédito	3.465,2	3.399,2	66,0	1,9%
Operações de crédito	3.677,4	3.576,9	100,5	2,8%



	2009	2008	Varição	%
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)	(212,2)	(177,7)	(34,5)	19,4%
Outros créditos	459,3	476,9	(17,6)	(3,7)%
Carteira de câmbio	100,5	205,7	(105,2)	(51,1)%
Rendas a receber	1,2	0,4	0,8	200,0%
Prêmios de Seguros a Receber	0,5	0,3	0,2	66,7%
Negociação e intermediação de valores	-	4,9	(4,9)	n.d.%
Outros créditos diversos	358,1	279,3	78,8	28,2%
(Provisão para outros créditos)	(1,0)	(13,7)	12,7	(92,7)%
Outros valores e bens	80,9	115,2	(34,3)	(29,8)%
Bens não de uso próprio	27,7	26,2	1,5	5,7%
(Provisão para perdas com BNDU)	(4,8)	(7,4)	2,6	(35,1)%
Despesas antecipadas	58,0	96,4	(38,4)	(39,8)%
PERMANENTE	10,8	13,1	(2,3)	(17,6)%
Investimentos	0,4	0,4	-	n.d.%
Outros investimentos	0,4	0,4	-	n.d.%
Imobilizado de uso	10,4	12,6	(2,2)	(17,5)%
Imóveis de uso	10,5	10,9	(0,4)	(3,7)%
(Depreciações acumuladas)	(5,6)	(5,2)	(0,4)	7,7%
Outras imobilizações de uso	10,5	10,7	(0,2)	(1,9)%
(Depreciações acumuladas)	(5,0)	(3,8)	(1,2)	31,6%
Intangível	-	0,1	(0,1)	n.d.%
Ativos intangíveis	0,3	0,3	-	n.d.%
(Amortizações acumuladas)	(0,3)	(0,2)	(0,1)	50,0%
TOTAL DO ATIVO	7.060,8	6.831,0	229,8	3,4%

Aplicações interfinanceiras de liquidez

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao aumento nas operações compromissadas com vencimento de 1 dia útil, utilizando-se como lastro destas operações parte da carteira própria de títulos e valores mobiliários que está destacada na rubrica de “Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – vinculados a operações compromissadas”, e parte com carteira de terceiros, que pode ser verificado na rubrica de “Captações no mercado aberto – carteira de terceiros”.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, ao vencimento de operações de *swap* no mês de outubro de 2009, que foram contratadas com o objetivo de mitigar os riscos de variação cambial incidente sobre as captações registradas na rubrica de “Recursos de aceites cambiais”. Esta redução também está vinculada ao vencimento da captação em outubro de 2009 que montava US\$ 120,0 milhões de valor principal.

As variações da carteira de títulos e valores mobiliários referem-se a reclassificações das rubricas de “Vinculados a operações compromissadas” e “Vinculados à prestação de garantias” para a rubrica de “Carteira própria” em função da desvinculação destes títulos a estas operações. A carteira de títulos e valores mobiliários do Daycoval é composta, preponderantemente, por títulos públicos federais.

Operações de crédito

A carteira de operações de crédito do Daycoval apresentou variação discreta durante o exercício de 2009, em função dos seguintes principais aspectos: (i) redução de R\$ 683,6 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do *middle market*, e



(ii) redução de R\$ 66,7 milhões no saldo médio de financiamento de veículos. O saldo médio total dos empréstimos consignados aumentou de R\$ 734,0 milhões em 2008 para R\$ 804,1 milhões em 2009. Esta variação durante o exercício de 2009, também reflete a decisão estratégica de reduzir o risco de crédito após o início da crise financeira global no quarto trimestre de 2008.

Outros créditos

As variações apresentadas neste item referem-se substancialmente à redução das operações de câmbio em função de decisão estratégica de redução de riscos de crédito e exposições à variação de moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, diante cenário de crise apresentado a partir do quarto trimestre de 2008.

Em relação à rubrica de "Outros créditos diversos", as variações apresentadas referem-se substancialmente a: (i) aumento na constituição dos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 27,5 milhões; (ii) aumento no montante R\$ 11,9 milhões no saldo de depósitos judiciais para fazer frente aos questionamentos jurídicos impetrados pelo Daycoval; (iii) alienação a prazo de bens registrados anteriormente na rubrica de "Bens não de uso próprio" a terceiros no montante de R\$ 18,9 milhões; e (iv) aumento na rubrica de "Títulos e crédito a receber" no montante de R\$ 13,8 milhões. A rubrica de "Provisão para outros créditos" apresenta redução de R\$ 12,7 milhões em função do recebimento dos valores registrados na rubrica de "Títulos de crédito a receber", no mesmo montante.

Outros valores e bens

As variações apresentadas neste item referem-se, substancialmente, à redução no montante de aproximadamente R\$ 38,4 milhões na rubrica de "Despesas antecipadas", que são diferidas de acordo com prazo de vencimento dos contratos que as originaram.

	2009	2008	Varição	%
PASSIVO CIRCULANTE E NÃO-CIRCULANTE				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.362,5	5.215,8	146,7	2,8%
Depósitos	2.381,8	1.757,0	624,8	35,6%
Depósitos à vista	122,7	113,8	8,9	7,8%
Depósitos interfinanceiros	134,6	463,6	(329,0)	(71,0)%
Depósitos a prazo	2.122,5	1.179,4	943,1	80,0%
Outros depósitos	2,0	0,2	1,8	900,0%
Captações no mercado aberto	1.190,0	1.290,6	(100,6)	(7,8)%
Carteira própria	244,1	440,4	(196,3)	(44,6)%
Carteira de terceiros	945,9	850,2	95,7	11,3%
Recursos de aceites e emissão de títulos	373,5	785,5	(412,0)	(52,5)%
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	373,5	785,5	(412,0)	(52,5)%
Relações interfinanceiras	1,3	0,5	0,8	160,0%
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1,3	0,5	0,8	160,0%
Relações interdependências	1,0	2,7	(1,7)	(63,0)%
Recursos em trânsito de terceiros	1,0	2,7	(1,7)	(63,0)%
Obrigações por empréstimos e repasses	875,5	881,6	(6,1)	(0,7)%
Empréstimos no país	122,0	151,1	(29,1)	(19,3)%
Empréstimos no exterior	628,6	642,5	(13,9)	(2,2)%
Repasses do país	101,5	14,1	87,4	619,9%
Repasses do exterior	23,4	73,9	(50,5)	(68,3)%
Instrumentos financeiros derivativos	25,2	20,1	5,1	25,4%
Instrumentos financeiros derivativos	25,2	20,1	5,1	25,4%
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	5,7	2,5	3,2	128,0%
Outras obrigações	508,5	475,3	33,2	7,0%
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1,5	0,7	0,8	114,3%
Carteira de câmbio	8,7	58,9	(50,2)	(85,2)%



	2009	2008	Varição	%
Sociais e estatutárias	25,7	29,9	(4,2)	(14,1)%
Fiscais e previdenciárias	404,7	335,4	69,3	20,7%
Negociação e intermediação de valores	0,3	15,6	(15,3)	(98,1)%
Outras obrigações diversas	67,6	34,8	32,8	94,3%
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	5,0	7,5	(2,5)	(33,3)%
Resultados de exercícios futuros	5,0	7,5	(2,5)	(33,3)%
PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	0,5	0,5	-	n.d.%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.692,8	1.607,2	85,6	5,3%
Capital-				
De domiciliados no país	1.359,1	1.359,1	-	n.d.%
Reservas de capital	0,2	0,2	-	n.d.%
Reservas de reavaliação	1,6	2,0	(0,4)	(20,0)%
Reservas de lucros	345,9	267,7	78,2	29,2%
Ajustes ao valor de mercado - títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	0,5	(4,9)	5,4	(110,2)%
Ações em tesouraria	(14,5)	(16,9)	2,4	(14,2)%
TOTAL DO PASSIVO	7.060,8	6.831,0	229,8	3,4%

Depósitos

A principal fonte de captação continua sendo os depósitos a prazo que representam 60,5% do total do *funding*, graças ao adequado custo e prazo deste instrumento, refletido pelo histórico de solidez e credibilidade que o Daycoval conquistou ao longo de sua história. Especialmente durante o quarto trimestre de 2009, o Banco também continuou optando por reduzir as captações interbancárias para priorizar as captações via depósitos de clientes pessoas física e jurídica, os quais possuem prazos mais alinhados com a nossa carteira de crédito.

O total de depósitos em 31 de dezembro de 2009 somou R\$ 2.381,8 milhões, motivado principalmente pela maior procura deste tipo de investimento por parte das administradoras de recursos. Desta forma, o Daycoval, optou por diminuir a exposição dos depósitos advindos de instituições financeiras.

Recursos de aceites e emissões de títulos

A variação apresentada neste item se dá, principalmente, pelo vencimento de uma *tranche* do programa de *Eurobonds* de US\$ 120,0 milhões em outubro de 2009. Esta operação não foi renovada, já que para a Administração as condições do mercado naquele momento não eram adequadas, muito embora existisse uma relevante oferta para este tipo de emissão. Outro fator que contribuiu para a redução do saldo de "Recursos de aceites e emissões de títulos", foi a apreciação de 25,6% do real frente ao dólar norte-americano.

Obrigações por empréstimos e repasses

Apesar da variação deste item ter apresentado uma redução de 0,7%, ocorreram movimentações relevantes nas rubricas que o compõem, que podem ser avaliadas da seguinte forma: (i) a redução de R\$ 29,1 milhões na rubrica de "Empréstimos no país" refere-se ao encerramento das atividades do Daycoval FIDC, durante o terceiro trimestre de 2009; (ii) a redução de R\$ 13,9 milhões na rubrica de "Empréstimos no exterior" e de R\$50,5 milhões na rubrica de "Repasses do exterior", são motivadas pela liquidação na data de vencimentos destas operações ao longo do exercício de 2009 e também pela apreciação de 25,6% do real frente ao dólar norte-americano; e (iii) aumento de R\$ 87,4 milhões na rubrica de "Repasses do país" reflete a decisão da administração em aumentar o volume de operações atreladas aos recursos disponibilizados pelo BNDES.

Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização



A variação apresentada neste item reflete o aumento no volume de operações realizadas com o seguro DPVAT, pela controlada Dayprev.

Outras obrigações

As variações apresentadas neste item referem-se substancialmente a: (i) redução das operações de câmbio em função de decisão estratégica de redução de riscos de crédito e exposições à variação de moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano, diante cenário de crise apresentado a partir do quarto trimestre de 2008; (ii) aumento de R\$ 69,3 milhões na rubrica “Fiscais e previdenciárias” é representado, substancialmente, pelo aumento no montante das provisões para obrigações legais; e (iii) aumento de R\$ 32,8 milhões na rubrica de “Outras obrigações diversas” em função de operações em processamento para repasse a outras instituições financeiras.

10.2 - Os diretores devem comentar:

10.2.a - Resultados das operações do emissor

i – descrição de quaisquer componentes da receita, e

ii – fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A seguir, são tecidos comentários sobre os principais componentes e fatores que impactaram o resultado operacional do Daycoval, de forma comparativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Demonstração do Resultado

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	% do total	2010	% do total	
Receitas da intermediação financeira	801,2	100,0%	1.260,2	100,0%	57,3%
Despesas da intermediação financeira	(624,7)	(78,0)%	(708,6)	(56,2)%	13,4%
Resultado bruto da intermediação financeira	176,5	22,0%	551,6	43,8%	212,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	120,5	15,1%	(127,4)	(10,1)%	(205,7)%
Resultado operacional	297,0	37,1%	424,2	33,7%	42,8%
Resultado não operacional	(12,9)	(1,6)%	(9,8)	(0,8)%	(24,0)%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	284,1	35,5%	414,4	32,9%	45,9%
Imposto de renda e contribuição social	(112,8)	(14,1)%	(112,6)	(8,9)%	(0,2)%
Impostos diferidos	54,4	6,8%	2,5	0,2%	(95,4)%
Participação nos lucros	(14,6)	(1,8)%	(29,6)	(2,4)%	102,7%
Lucro líquido	211,1	26,4%	274,7	21,8%	30,1%

Receitas da intermediação financeira

Nossas receitas da intermediação financeira aumentaram em 57,3% de R\$801,2 milhões em 2009 para R\$1.260,2 milhões em 2010. O quadro abaixo apresenta a composição de nossas receitas da intermediação financeira nos exercícios indicados.



Receitas da intermediação financeira

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	% do total	2010	% do total	
Operações de crédito	790,9	98,7%	980,7	77,8%	24,0%
Operações com títulos e valores mobiliários	263,2	32,9%	326,5	25,9%	24,1%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(252,9)	(31,6)%	(67,3)	(5,3)%	73,4%
Resultado de operações de câmbio	-	n.d.%	20,3	1,6%	n.d.%
Total de receitas da intermediação financeira	801,2	100,0%	1.260,2	100,0%	57,3%

Operações de crédito

O quadro abaixo apresenta a composição de nosso resultado com operações de crédito nos exercícios indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	% do total	2010	% do total	
Empréstimos	555,7	70,3%	750,2	76,5%	35,0%
Títulos descontados	56,5	7,1%	64,3	6,6%	13,8%
Financiamentos	149,8	18,9%	134,0	13,7%	(10,5)%
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	28,9	3,7%	32,2	3,2%	11,4%
Total de receitas com operações de crédito	790,9	100,0%	980,7	100,0%	24,0%

O total de receitas com operações de crédito aumentou em 24,0% de R\$790,9 milhões em 2009 para R\$980,7 milhões em 2010. Esse aumento é reflexo das variações positivas da carteira de operações de crédito do Daycoval, durante o exercício de 2010, representadas por pelo aumento de 32,6% no saldo médio da carteira de operações de crédito, de R\$3.455,9 milhões em 2009 para R\$4.582,8 milhões em 2010.

O aumento do saldo médio da carteira de operações de crédito se deve, principalmente, à: (i) aumento de R\$895,1 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do *middle market*, e (ii) aumento de R\$398,4 milhões no saldo médio de créditos consignados em folha de pagamento.

Operações com títulos e valores mobiliários

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários aumentou em 24,1% de R\$263,2 em 2009 para R\$326,5 milhões em 2010 – devido ao aumento na taxa SELIC de 8,75% em dezembro de 2009 para 10,75% em 31 de dezembro de 2010. Nossa carteira de títulos e valores mobiliários é formada principalmente por títulos e valores mobiliários atrelados à taxa SELIC.

Derivativos

As operações com derivativos registraram redução nas despesas com estes instrumentos, da ordem de R\$67,3 milhões em 2010 em comparação com as despesas de R\$252,9 milhões em 2009. Esta redução se dá, principalmente, devido à: (i) redução das despesas com contratos de *swap* de R\$175,5 milhões em 2009 para R\$64,8 milhões em 2010, influenciadas pela valorização do real (R\$) frente ao dólar norte-americano da ordem de 4,3%. Os contratos de *swap* em aberto em 31 de dezembro de 2010 são, preponderantemente, indexados à variação do câmbio em função de serem contratados para a proteção do patrimônio líquido do Daycoval, contra as oscilações de câmbio que é o principal indexador das captações realizadas por meio de emissões de títulos no exterior e empréstimos junto a instituições financeiras, também sediadas no exterior; e (ii) redução das despesas com contratos de futuros, negociados na BM&FBOVESPA, de R\$76, milhões em 2009 para R\$2,6 milhões em 2010.



Os resultados de operações com derivativos refletem os efeitos da volatilidade da taxa cambial e de juros, e esses resultados compensam os efeitos dessas volatilidades em nossas principais operações bancárias.

Despesas da intermediação financeira

Nossas despesas da intermediação financeira aumentaram 13,4% – de R\$624,7 milhões em 2009 para R\$708,6 milhões em 2010. O quadro abaixo apresenta a composição de nossas despesas da intermediação financeira nos exercícios indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	% das receitas de intermediação financeira	2010	% das receitas de intermediação financeira	
Operações de captação no mercado aberto	323,7	40,4%	493,9	39,2%	52,6%
Operações de empréstimos e repasses	61,1	7,6%	67,5	5,3%	10,5%
Resultado de operações de câmbio	0,4	0,1%	-	n.d%	n.d.%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	239,5	29,9%	147,2	11,7%	(38,5)%
Total das despesas de intermediação financeira	624,7	78,0%	708,6	56,2%	13,4%

Operações de captação no mercado aberto

O quadro abaixo apresenta a composição de nossas despesas com operações de captação nos exercícios indicados:

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	% do total	2010	% do total	
Depósitos interfinanceiros	29,0	9,0%	7,9	1,6%	(72,8)%
Depósitos a prazo	167,1	51,6%	255,6	51,8%	53,0%
Despesas de operações compromissadas	73,0	22,6%	129,1	26,1%	76,8%
Despesas de aceites cambiais (1)	51,9	16,0%	97,1	19,7%	87,1%
Despesas de letras financeiras	-	n.d.%	0,1	n.d.%	n.d.%
Despesas de contribuições ao fundo garantidor de crédito (FGC)	2,7	0,8%	4,1	0,8%	51,9%
Total das despesas de operações de captação no mercado aberto	323,7	100,0%	493,9	100,0%	52,6%

Nota:

- (1) Despesas da emissão de títulos e valores mobiliários no exterior não incluem receita da variação da taxa de câmbio aplicável a essas operações, que são registradas como outras receitas operacionais.

As despesas com operações de captação no mercado aberto aumentaram em 52,6% – de R\$323,7 milhões em 2009 para R\$493,9 milhões em 2010, principalmente como resultado do: (i) aumento de 53,0% no resultado de depósitos a prazo, com um aumento total de R\$668,3 milhões em 2010; (ii) aumento de 76,8% nas despesas de operações compromissadas que, apesar da manutenção dos saldos investidos ao longo de 2010, sofreram impacto do aumento da taxa de juros SELIC que, em dezembro de 2009 era de 8,75% e em dezembro de 2010 era de 10,75%. Estas operações são indexadas à variação da taxa SELIC acrescida de spread cobrado pela contraparte na operação; e (iii) aumento de 87,1% nas despesas de aceites cambiais em função de nova captação realizada em 16 de março de 2010, no montante de U\$300,0 milhões.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A constituição da provisão em 2010 foi de R\$147,2 milhões, resultando em uma redução de 38,5% em comparação a 2009, onde o total de despesas com constituição de provisão foi de R\$239,5 milhões. Essa redução era esperada, uma vez que a estratégia conservadora utilizada para o provisionamento gerou uma elevação num primeiro momento, possibilitando ao Daycoval uma maior segurança dos possíveis problemas que poderia enfrentar quanto à solvência de seus clientes.



No ano de 2010, recuperamos R\$32,2 milhões de crédito anteriormente baixados para prejuízo, o que representa uma elevação de 11,8% em relação a 2009, quando recuperamos créditos no montante de R\$28,8 milhões.

Resultado bruto da intermediação financeira

Como resultado das variações acima expostas, nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou 212,5%, variando de R\$176,5 milhões em 2009 para R\$551,6 milhões em 2010.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossas outras receitas (despesas) operacionais, passaram de receitas da ordem de R\$120,5 milhões em 2009 para despesas de R\$127,4 milhões em 2010. O quadro a seguir apresenta a composição de nossas outras receitas (despesas) operacionais nos exercícios indicados:

Outras receitas (despesas) operacionais

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2009	% das receitas de intermediação financeira	2010	% das receitas de intermediação financeira	
Receitas de prestação de serviços	18,5	2,3%	35,7	2,8%	93,0%
Resultado financeiro de operações com seguros, previdência e capitalização	3,2	0,4%	2,9	0,2%	(9,4)%
Despesas de pessoal	(63,9)	(7,9)%	(94,3)	(7,5)%	47,6%
Outras despesas administrativas	(109,4)	(13,7)%	(114,6)	(9,1)%	4,8%
Despesas tributárias	(37,4)	(4,7)%	(42,9)	(3,4)%	14,7%
Outras receitas operacionais	363,9	45,4%	150,9	12,0%	(58,5)%
Outras despesas operacionais	(54,3)	(6,7)%	(65,1)	(5,1)%	19,9%
Total de outras receitas (despesas) operacionais	120,5	15,1%	(127,4)	(10,1)%	(205,7)%

Receita de serviços

Nossa receita de serviços prestados aumentou 93,0%, passando de R\$18,5 milhões em 2009 para R\$35,7 milhões em 2010, principalmente devido à expansão dos negócios e da carteira de crédito durante o exercício de 2010 comparado com o exercício de 2009.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram 47,6%, de R\$63,9 milhões em 2009 para R\$94,3 milhões em 2010, refletindo o aumento do número de colaboradores, que ocorreu durante os primeiros nove meses de 2010, como resultado de nossa estratégia para aumentar as operações na sequência da melhoria global e as condições econômicas domésticas. O número total de colaboradores cresceu 32,9% de 593 em 2009 profissionais para 788 profissionais em 2010.

Outras receitas operacionais

Nossas outras receitas operacionais diminuíram 58,5% – de R\$363,9 milhões em 2009 para R\$150,9 milhões em 2010. Esse aumento foi principalmente devido à desvalorização do real (R\$) frente ao dólar norte-americano (US\$) que, durante o exercício de 2010 desvalorizou-se 4,3% em comparação a uma valorização de 25,6% em 2009. Em 2010, registramos ganhos de R\$116,6 milhões – em comparação com R\$346,8 milhões em 2009 – decorrentes da variação da taxa cambial sobre as emissões de títulos no exterior e empréstimos denominados em dólar norte-americano.

Outras despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram 19,9% – de R\$54,3 milhões em 2009 para R\$65,1 milhões em 2010. Esse aumento foi principalmente em virtude da atualização monetária de tributos que, em 2010 monta R\$25,1 milhões e em 2009 monta R\$13,6 milhões.



Lucro das operações

Como resultado do acima exposto, nosso resultado operacional aumentou 42,8% – de R\$297,0 milhões em 2009 para R\$424,2 milhões em 2010.

Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, nosso lucro líquido apresentou aumento de 30,1% – de R\$211,1 milhões em 2009 para R\$274,7 milhões em 2010.

A seguir, são tecidos comentários sobre os principais componentes e fatores que impactaram o resultado operacional do Daycoval, de forma comparativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008:

Demonstração do Resultado

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2008	% do total	2009	% do total	
Receitas da intermediação financeira	1.650,4	100,0%	801,2	100,0%	(51,5)%
Despesas da intermediação financeira	(1.181,7)	(71,6)%	(624,7)	(78,0)%	(47,1)%
Resultado bruto da intermediação financeira	468,7	28,4%	176,5	22,0%	(62,3)%
Outras receitas (despesas) operacionais	(192,0)	(11,6)%	120,5	15,1%	n.d.%
Resultado operacional	276,7	16,8%	297,0	37,1%	7,3%
Resultado não operacional	(14,9)	(0,9)%	(12,9)	(1,6)%	(13,4)%
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	261,8	15,9%	284,1	35,5%	8,4%
Imposto de renda e contribuição social	(99,5)	(6,0)%	(112,8)	(14,1)%	13,4%
Impostos diferidos	55,4	3,4%	54,4	6,8%	(1,8)%
Participação nos lucros	(17,5)	(1,1)%	(14,6)	(1,8)%	(16,6)%
Lucro líquido	200,2	12,1%	211,1	26,4%	5,4%

Cabe considerar que a diminuição de 62,3% no resultado bruto da intermediação financeira decorre da classificação das variações cambiais, incidentes sobre operações passivas, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais” nos montantes de R\$ 61,0 milhões e R\$ 326,6 milhões, respectivamente. Caso estes montantes fossem reclassificados para a rubrica de “Despesas da intermediação financeira”, a redução no resultado bruto da intermediação financeira em 2009, comparado a 2008, seria de 5,0%, ajustando para R\$ 529,7 milhões em 2008 e para R\$ 503,1 milhões em 2009 os respectivos resultados.

Receita da intermediação financeira

A receita da intermediação financeira recuou 51,5% – de R\$ 1.650,4 milhões em 2008 para R\$ 801,2 milhões em 2009. O quadro abaixo apresenta a composição das receitas da intermediação financeira nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2008	% do total	2009	% do total	
Operações de crédito	1.073,8	65,1%	790,9	98,7%	24,0%
Operações com títulos e valores mobiliários	267,2	16,2%	263,2	32,9%	24,1%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	219,1	13,3%	(252,9)	(31,6)%	73,4%
Resultado de operações de câmbio	82,8	5,0%	-	n.d.%	n.d.%
Resultado de operações compulsórias	7,5	0,4%	-	n.d.%	n.d.%
Total de receitas da intermediação financeira	1.650,4	100,0%	801,2	100,0%	57,3%

Operações de crédito



O quadro abaixo apresenta a composição das receitas com operações de crédito nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2008	% do total	2009	% do total	
Empréstimos	736,8	68,6%	560,5	70,9%	(23,9)%
Títulos descontados	84,9	7,9%	62,2	7,8%	(26,7)%
Financiamentos	231,3	21,5%	168,2	21,3%	(27,3)%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	20,8	2,0%	-	n.d.%	n.d.%
Total de receitas com operações de crédito	1.073,8	100,0%	790,9	100,0%	(26,4)%

A receita com operações de crédito recuou 26,4% – de R\$ 1.073,8 milhões em 2008 para R\$ 790,9 milhões em 2009. Essa redução foi causada por uma queda de 16,2% no saldo médio da carteira de crédito, de R\$ 4.122,8 milhões em 2008 para R\$ 3.455,9 milhões em 2009. A redução do saldo médio da carteira de crédito foi devida principalmente à: (i) redução de R\$ 683,6 milhões no saldo médio de empréstimos a clientes do *middle market*, e (ii) redução de R\$ 66,7 milhões no saldo médio de financiamento de veículos. O saldo médio total dos empréstimos consignados aumentou de R\$ 734,0 milhões em 2008 para R\$ 804,1 milhões em 2009. A redução dos empréstimos a clientes do *middle market* e do financiamento de veículos reflete nossa decisão estratégica de reduzir o risco de crédito após o início da crise financeira global no quarto trimestre de 2008.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

O resultado das operações com títulos e valores mobiliários recuou 1,5% – de R\$ 267,2 milhões em 2008 para R\$ 263,2 em 2009 – devido à redução na taxa SELIC de 13,75% em 31 de dezembro de 2008 para 8,75% em 31 de dezembro de 2009. A carteira de títulos e valores mobiliários é formada principalmente por títulos e valores mobiliários atrelados à taxa SELIC.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos registraram despesas da ordem de R\$ 252,9 milhões em 2009 – em comparação com uma receita de R\$219,1 milhões em 2008, principalmente devido às variações no resultado líquido (i) em operações com futuros – de um ganho líquido de R\$85,4 milhões em 2008 para uma perda líquida de R\$ 76,0 milhões em 2009 e (ii) em operações de swap – de um ganho líquido de R\$ 131,2 milhões em 2008 para uma perda líquida de R\$ 175,5 milhões em 2009. Os resultados de operações com derivativos refletiram os efeitos da volatilidade da taxa cambial e de juros, e esses resultados compensaram os efeitos dessas volatilidades em nossas principais operações bancárias.

Resultado de operações de câmbio

A receita com operações de câmbio variou de R\$ 82,8 milhões em 2008 para uma despesa de R\$0,3 milhão em 2009, principalmente em virtude da redução de 35,1% no saldo médio das operações de comércio exterior (conforme avaliado pelo saldo médio líquido de operações cambiais positivas e negativas), de R\$ 145,0 milhões em 2008 para R\$ 94,1 milhões em 2009, e a valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009.

Despesas da intermediação financeira

As despesas da intermediação financeira diminuíram 47,1% – de R\$ 1.181,7 milhões em 2008 para R\$624,7 milhões em 2009. O quadro abaixo apresenta a composição das despesas da intermediação financeira nos exercícios indicados.



	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2008	% das receitas de intermediação financeira	2009	% das receitas de intermediação financeira	
Operações de captação no mercado aberto	762,1	46,2%	323,7	40,4%	(57,5)%
Operações de empréstimos e repasses	242,8	14,7%	61,1	7,6%	(74,8)%
Resultado de operações de câmbio	-	n.d.%	0,4	0,1%	n.d.%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	176,8	10,7%	239,5	29,9%	35,5%
Total das despesas de intermediação financeira	1.181,7	71,6%	624,7	78,0%	(47,1)%

Operações de captação no mercado

O quadro abaixo apresenta a composição das despesas com operações de captação no mercado nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2008	% do total	2009	% do total	
Depósitos interfinanceiros	43,2	5,7%	29,0	9,0%	(32,9)%
Depósitos a prazo	251,0	32,9%	167,1	51,6%	(33,4)%
Despesas de operações compromissadas	146,1	19,2%	73,0	22,6%	(50,0)%
Despesas de aceites cambiais (1)	318,5	41,8%	51,9	16,0%	(83,7)%
Despesas de letras financeiras	-	n.d.%	-	n.d.%	n.d.%
Despesas de contribuições ao fundo garantidor de crédito (FGC)	3,3	0,4%	2,7	0,8%	(18,2)%
Total das despesas de operações de captação no mercado aberto	762,1	100,0%	323,7	100,0%	(57,5)%

Nota:

(1) Despesas da emissão de títulos e valores mobiliários no exterior não incluem receita da variação da taxa de câmbio aplicável a essas operações, que são registradas como outras receitas operacionais.

As despesas com operações de captação no mercado diminuíram 57,5% – de R\$ 762,1 milhões em 2008 para R\$ 323,7 milhões em 2009 –, principalmente como resultado da: (i) queda de 17,6% no saldo médio de depósitos a prazo – de R\$ 2.039,4 milhões em 2008 para R\$ 1.680,4 milhões em 2009; (ii) redução de 45,4% no saldo médio de operações compromissadas – de R\$ 1.418,0 milhões em 2008 para R\$ 775,0 milhões em 2009; e (iii) valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009, cujo efeito foi reduzir o valor em reais dos pagamentos de recursos de aceites cambiais. Em 31 de dezembro de 2008 e 2009, o montante total em circulação de nossas notas emitidas no exterior atingiu US\$ 345 milhões e US\$ 225 milhões, respectivamente.

Operações de empréstimos e repasses

As despesas com operações de empréstimos e repasses diminuíram 74,8% – de R\$ 242,8 milhões em 2008 para R\$ 61,1 milhões em 2009, principalmente como resultado da valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As provisões de crédito aumentaram 11,3% – de R\$ 191,5 milhões em 2008 para R\$ 213,2 milhões em 2009 – proporcionalmente superior ao aumento de 3,0% do saldo total da carteira de crédito – de R\$ 3.705,5 milhões em 31 de dezembro de 2008 para R\$ 3.814,9 milhões em 31 de dezembro de 2009. O aumento refletiu nossa política conservadora de provisionamento implantada em 2009 para fazer frente a possíveis problemas que nossos clientes poderiam enfrentar e dificuldades que poderíamos encontrar na realização de garantias.



O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, como porcentagem da carteira de operações de crédito, situou-se em 5,6% em 31 de dezembro de 2009 em comparação com 5,2% em 31 de dezembro de 2008.

Resultado bruto da intermediação financeira

O resultado bruto da intermediação financeira diminuiu 62,3% – de R\$ 468,7 milhões em 2008 para R\$ 176,5 milhões em 2009. Contudo, caso fossem reclassificadas as variações cambiais incidentes sobre operações passivas, da rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” para a rubrica de “Despesas da intermediação financeira”, que durante os exercícios de 2008 e de 2009 totalizaram receitas de R\$61,0 milhões e R\$ 326,6 milhões, respectivamente, o resultado bruto da intermediação financeira seria diminuído em 5,0%, de R\$ 529,7 milhões em 2008 para R\$ 503,1 milhões em 2009.

Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas operacionais, depois de descontadas as outras despesas operacionais, passaram do montante de despesas de R\$ 192,0 milhões em 2008 para receitas de R\$ 120,5 milhões em 2009 principalmente em função da variação cambial positiva sobre operações passivas no valor de R\$346,7 milhões, registrada na rubrica de “Outras receitas operacionais” em 2009 que, caso fosse reclassificada, implicaria em resultado negativo de R\$226,2 milhões, superior em 17,8% aos R\$192,0 milhões registrados em 2008.

O quadro a seguir apresenta a composição das outras receitas (despesas) operacionais nos exercícios indicados.

	Exercícios encerrados em 31 de dezembro de				Variação (%)
	2008	% das receitas de intermediação financeira	2009	% das receitas de intermediação financeira	
Receitas de prestação de serviços	26,2	1,6%	18,5	2,3%	(29,4)%
Despesas de pessoal	(71,0)	(4,3)%	(63,9)	(7,9)%	(10,0)%
Outras despesas administrativas	(172,6)	(10,5)%	(109,4)	(13,7)%	(36,6)%
Despesas tributárias	(32,9)	(2,0)%	(37,4)	(4,7)%	13,7%
Outras receitas operacionais	94,4	5,7%	367,1	45,8%	288,9%
Outras despesas operacionais	(36,0)	(2,1)%	(54,3)	(6,7)%	50,8%
Total de outras receitas (despesas) operacionais	(192,0)	(11,6)%	120,5	15,1%	n.d.%

Receita de prestação de serviços

A receita de prestação de serviços sofreu queda de 29,4% – de R\$ 26,2 milhões em 2008 para R\$ 18,5 milhões em 2009 – principalmente em virtude da redução dos negócios e do volume de contratos de crédito originados durante 2009 em comparação com 2008.

Despesas de pessoal

As despesas de pessoal diminuíram 10,0% – de R\$71,0 milhões em 2008 para R\$ 63,9 milhões em 2009. A redução reflete um corte no quadro de pessoal no quarto trimestre de 2008 como resultado da crise financeira internacional, cujos reflexos podem ser vistos na despesa total com folha de pagamento em 2009. Antes da crise, o número de funcionários atingiu um pico para, em seguida sofrer redução – de 711 em 30 de setembro de 2008 para 561 em 31 de dezembro de 2008. Com a estabilização e a melhoria das condições financeiras em 2009, houve um aumento no quadro de funcionários – para 593 em 31 de dezembro de 2009.

Outras despesas administrativas

As outras despesas administrativas diminuíram 36,6% – de R\$ 172,6 milhões em 2008 para R\$ 109,4 milhões em 2009 – principalmente devido à redução no valor dos empréstimos concedidos em 2009 em comparação com 2008.

Despesas tributárias



As despesas tributárias registraram incremento de 13,7% – de R\$ 32,9 milhões em 2008 para R\$ 37,4 milhões em 2009, principalmente devido ao aumento da base tributável e, mais especificamente de pagamentos de impostos federais como o Programa de Integração Social (“PIS”) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

Outras receitas operacionais

As outras receitas operacionais aumentaram 288,9% – de R\$ 94,4 milhões em 2008 para R\$ 367,1 milhões em 2009. Esse aumento foi principalmente devido à valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009, em comparação com a depreciação de 32,2% ocorrida em 2008. Em 2009, registramos ganhos de R\$ 346,7 milhões – em comparação com R\$ 81,2 milhões em 2008 – decorrentes da variação da taxa cambial dos títulos e valores mobiliários e empréstimos denominados em dólar dos EUA.

Outras despesas operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram 50,8% – de R\$ 36,0 milhões em 2008 para R\$ 54,3 milhões em 2009. Esse aumento foi principalmente em virtude de (i) valorização de 25,6% do real frente ao dólar dos EUA em 2009 – em comparação com uma depreciação de 32,3% em 2008 – que resultou em aumento de R\$ 11,8 milhões em 2008 para R\$ 27,6 milhões em 2009 do prejuízo com a variação da taxa de câmbio nas operações cambiais (ii) aumento na correção monetária sobre impostos – de R\$ 15,8 milhões em 2008 para R\$ 17,2 milhões em 2009 e (iii) aumento nas provisões para passivo contingente – de R\$ 2,8 milhões em 2008 para R\$ 3,1 milhões em 2009.

Resultado operacional

Como resultado do acima exposto, o resultado operacional aumentou 7,3% – de R\$ 276,7 milhões em 2008 para R\$ 297,0 milhões em 2009.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social aumentou 13,4% – de R\$ 99,5 milhões em 2008 para R\$ 112,8 milhões em 2009 – principalmente em virtude do aumento do lucro tributável em 2009 e à majoração de 9% para 15% – na alíquota de contribuição social a partir de 22/09/2008. Os impostos diferidos diminuíram 1,7% – de R\$ 55,4 milhões em 2008 para R\$ 54,4 milhões em 2009.

Lucro líquido

Como resultado do acima exposto, o lucro líquido apresentou aumento de 5,5% – de R\$ 200,2 milhões em 2008 para R\$ 211,1 milhões em 2009.

- ▣ **10.2.b - Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços, e**
- ▣ **10.2.c - Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Como prática de governança de gestão de riscos, o Banco e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado, que incluem, substancialmente, os riscos da variação de: (i) taxas de juros pré-fixadas; (ii) moeda estrangeira; (iii) cupom cambial; (iv) índices de preços; e (v) renda variável, e risco de liquidez.

Os riscos de mercado e de liquidez são gerenciados da seguinte forma:

Risco de mercado

É utilizada a metodologia do Valor em Risco - V@R, para a mensuração da exposição ao risco de mercado. Esta metodologia permite que o V@R seja aplicado de forma consistente para todos os produtos e mercados, tornando possível a comparação



de riscos entre diferentes carteiras do Banco. O modelo de V@R empregado se baseia na técnica de aferição paramétrica, com horizonte de tempo de dez dias e nível de confiança de 99%, sendo aplicado, no fechamento de cada dia, sobre a base de operações em aberto. Os resultados obtidos e calculados com base no modelo de V@R são analisados diariamente pela gerência da Área de Riscos.

A eficácia do modelo é testada através de processos que indicam o grau de aderência dos resultados previamente obtidos, em comparação aos resultados efetivamente auferidos.

Com o objetivo de mensurar os possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo V@R, são utilizadas técnicas de análise de cenários. Estas técnicas contemplam análises de cenários projetados e testes de estresses, cujo objetivo final é assegurar que o Banco, e as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, se encontram em condições de reagir a situações extremas de mercado.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. O controle de risco de liquidez é efetuado diariamente por meio da análise estática da estrutura de descasamentos do Banco e de suas controladas, especialmente no curto prazo. São também efetuadas simulações desta estrutura com estimativas de renovação de carteiras. Em paralelo são analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. Por último são também efetuadas análises de cenário de estresse, voltados especificamente para liquidez.

Sensibilidade às taxas de câmbio

As operações são preponderantemente expressas em Reais (R\$). O Banco e suas Controladas adotam política de evitar descasamentos substanciais em taxas de câmbio, que inclui a utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”) e que buscam anular o efeito de eventuais descasamentos no resultado.

Adicionalmente, como parte da diversificação da carteira de captação, possuímos operações expressas e indexadas a moedas estrangeiras, de curto e de longo prazo, principalmente, o dólar norte-americano. A exposição em moeda estrangeira reflete a diferença entre o total de ativos indexados ou expressos em moeda estrangeira e o total de obrigações indexadas ou expressas em moeda estrangeira, inclusive instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas de compensação. O Banco Central regulamenta a exposição líquida máxima de moeda estrangeira, em aberto, vendida e comprada.

Política de “hedge”

A política de “hedge” é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco e do Consolidado. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de “hedge”, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do Banco Central.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de “hedge” são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

Caso o objeto de “hedge” apresente pagamentos intermediários, sejam de juros ou parcelas de amortização de principal, os instrumentos financeiros derivativos também são contratados com os mesmos fluxos intermediários, quer apresentando fluxos previstos dentro da mesma operação, ou com a contratação de várias operações coincidentes com os fluxos do objeto de “hedge”.

O acompanhamento da efetividade da estrutura do “hedge”, que avalia a compensação, pelos instrumentos financeiros derivativos, dos efeitos das flutuações no preço de mercado sobre os itens objeto de “hedge”, é realizado periodicamente. A



efetividade apurada para cada unidade de “hedge” está entre 80% e 125%, que se refere ao intervalo estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do Banco Central.

Os limites de risco de mercado são propostos em Comitê específico, conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira “Trading”: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a “hedge” de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira “Banking”: refere-se às operações que não são classificadas na carteira “Trading” e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita acima está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Banco e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.354/07 do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade, em cumprimento à Instrução CVM nº 475/08, foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira “Trading”, uma vez que representam as exposições que sofrerão impactos relevantes sobre o resultado do Banco.

A Carteira “Banking” não foi considerada para a análise de sensibilidade pelos seguintes motivos:

- As operações de crédito que estão nesta carteira, são financiadas em parte pelos depósitos à vista e a prazo e pelas operações de captação de recursos no exterior, os quais constituem “hedge” natural para eventuais oscilações de taxas de juros.
- As oscilações de taxas de juros não representam impacto material sobre o resultado do Banco, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu respectivo vencimento.
- A carteira “Banking” não possui operações com instrumentos financeiros derivativos, sendo estas relacionadas à carteira “Trading” em sua totalidade.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira “Trading” para a data-base de 31 de dezembro de 2010 e de 2009:

Exposições financeiras Fatores de riscos	2010		
	Cenários		
	1	2	3
Pré-fixado	(19.947)	(46.245)	(69.637)
Moeda estrangeira	(5.402)	(25.037)	(44.269)
Cupom cambial	(42)	(222)	(391)
Índices de preços	(667)	(829)	(989)
Renda variável	(68)	(173)	(278)
Captação	(2.320)	(19.102)	(33.300)
Outros	(127)	(305)	(474)
Total	(28.573)	(91.913)	(149.338)



Exposições financeiras Fatores de riscos	2009		
	Cenários		
	1	2	3
Pré-fixado	(15.332)	(34.271)	(52.169)
Moeda estrangeira	(5.007)	(23.210)	(41.412)
Cupom cambial	154	201	246
Índices de preços	(1.485)	(1.849)	(2.209)
Renda variável	(188)	(534)	(879)
Captação	(4.617)	(28.032)	(49.701)
Outros	(178)	(403)	(621)
Total	(26.653)	(88.098)	(146.745)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foi tomado como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$1,79 (R\$/US\$1,87 em 2009); (ii) taxa de juros pré-fixada de 14,55% a.a. (13,00% a.a. em 2009); (iii) Ibovespa de 59.600 pontos (60.350 pontos em 2009); e (iv) cupom cambial de 8,28% a.a. (6,90% a.a. em 2009).
- Cenário 2: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$2,24 (R\$/US\$2,34 em 2009); (ii) taxa de juros pré-fixada de 18,18% a.a. (16,25% a.a. em 2009); (iii) Ibovespa de 44.700 pontos (45.263 pontos em 2009); e (iv) cupom cambial de 10,35% a.a. (8,63% a.a. em 2009).
- Cenário 3: conforme estabelecido na Instrução CVM nº 475/08, para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$2,69 (R\$/US\$2,81 em 2009); (ii) taxa de juros pré-fixada de 21,82% a.a. (19,50% a.a. em 2009); (iii) Ibovespa de 29.800 pontos (30.175 pontos em 2009); e (iv) cupom cambial de 12,41% a.a. (10,35% a.a. em 2009)

É importante mencionar que os resultados apresentados no quadro anterior refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2010 e de 2009. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas demonstrações financeiras. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira "Trading", que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

10.3 - Os diretores devem comentar sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e em seus resultados:

10.3.a - Introdução ou alienação de segmento operacional

Em Julho de 2010, a IFP (Promotora de Serviços de Intermediação Financeira Ltda), empresa do Grupo Econômico do Daycoval, foi transformada em promotora para efeito de prospecção de empréstimo consignado, com o objetivo de fomentar as operações. Além disso, executa serviços de apoio na análise de crédito e cadastro e serviços de cobrança e controle. As operações são realizadas pelas lojas (correspondentes) que foram abertas durante o 4º trimestre de 2010 nas principais regiões do país. Em dezembro de 2010, a IFP contava com 53 lojas em funcionamento por todo país com previsão de expansão em 2011 e com 274 funcionários. A IFP em dezembro 2010 foi responsável por 10% da originação total do crédito consignado e 25% das operações de INSS. A DayCred atualmente com 4 lojas, será a responsável pelas 53 lojas da IFP, que passarão a utilizar a marca DayCred. Sendo assim, a DayCred passará a ter 57 lojas.

Em 2010 o Daycoval passou a atuar no segmento de compra e venda de moeda estrangeira, através de parceria com correspondentes cambiais e com a abertura de postos de câmbio. Em dezembro de 2010, o Daycoval possuía 3 postos de câmbio em São Paulo, situados na Av. Paulista, principal centro financeiro do país, e atua como correspondente cambial em São Bernardo do Campo e Rio de Janeiro. Passamos a atuar também por meio de parcerias com agências de turismo,



corretoras e agências bancárias, oferecendo ao cliente opções variadas e maior flexibilidade ao fechar negócios, proporcionando atendimento rápido e seguro. Além do cartão Visa Travel Money, que em 2010 atingiu 3.255 cartões vendidos, trabalhamos com as principais moedas em circulação no mundo.

10.3.b - Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não aplicável.

10.3.c - Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

10.4 - Os diretores devem comentar:

10.4.a - Mudanças significativas nas práticas contábeis, e

10.4.b - Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, com vigência a partir de janeiro de 2008, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976). Os efeitos da adoção pela primeira vez das alterações introduzidas por esta Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não produziram ajustes relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco.

A referida Lei tem por objetivo, eliminar certas barreiras regulatórias que impedem a inserção total das companhias brasileiras no processo de convergência para os padrões contábeis internacionais, aumentar a transparência das demonstrações financeiras como um todo e possibilitar à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, ao Banco Central do Brasil e ao Comitê de Políticas Contábeis - CPC, divulgar novas normas e procedimentos contábeis em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Durante os exercícios anteriores, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN, quais sejam:

- CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08;
- CPC 03 – Demonstrações do fluxo de caixa – homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08;
- CPC 05 – Divulgação de partes relacionadas – homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e
- CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução BACEN nº 3.535/08.

A seguir, estão demonstradas as práticas contábeis modificadas pela Lei, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco e os seus respectivos impactos sobre as demonstrações:

- Foi criado no ativo permanente o subgrupo “Ativos Intangíveis” que inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade;
- O ativo imobilizado passou a incluir os bens decorrentes de operações em que há transferência de benefícios, controle e risco, independentemente de haver transferência de propriedade;
- O ativo diferido ficou restrito às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação;



- O parâmetro para avaliação de investimentos em coligadas pelo método da equivalência patrimonial passou a ser aplicado a todas as coligadas em que a investidora tenha influência significativa. Entende-se por influência significativa, a participação de 20% ou mais do capital votante (anteriormente o percentual era pelo capital total). Conforme normativos do BACEN, essa alteração somente passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2009 para as instituições financeiras, porém esta alteração não ocasionou mudanças significativas em relação aos investimentos do Banco;
- Criação de novo subgrupo no patrimônio líquido denominado “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, destinado ao registro da variação cambial de investimentos societários no exterior quando a moeda funcional da investida for diversa à da controladora, e registro de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e passivo, em decorrência de sua avaliação a preço de mercado. Tendo em vista que os investimentos detidos pelo Banco e empresas controladas apresentam, substancialmente, a mesma moeda funcional do Banco e são uma extensão de seus negócios, essa alteração não ocasionou ajustes;
- Introdução do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. Como determinado pela nota explicativa à Instrução CVM nº 469, o objetivo dessa alteração não é a eliminação da presença de uma expectativa de rendimento ou encargo futuro embutidos nos ativos e passivos monetários, mas sim a necessidade de se obter os valores representativos quando da contratação da operação. As operações realizadas pelo Banco e empresas controladas já estão apresentadas pelos valores representativos da época de sua realização.
- Os instrumentos financeiros ativos e passivos pré-fixados são ajustados a valor presente pela existência das contas retificadoras de rendas e despesas a apropriar, que ajustam esses instrumentos aos valores que seriam obtidos em sua realização como se fossem operações à vista, bem como para os instrumentos financeiros pós-fixados, que são realizados pelo seu valor à vista e são periodicamente atualizados por suas respectivas taxas. Sendo assim, o Ajuste a Valor Presente para os instrumentos financeiros ativos e passivos de longo prazo, bem como para os relevantes de curto prazo, não ocasionou ajustes para o Banco e empresas controladas;
- Obrigatoriedade de análise periódica para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.

10.4.c - Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no parecer dos auditores independentes que examinaram as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

As demonstrações financeiras do Banco, incluindo sua dependência no exterior, e as demonstrações financeiras consolidadas (“Consolidado”) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento em direitos creditórios e fundo de investimento multimercado foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos



acionistas minoritários. As demonstrações financeiras da dependência e da controlada indireta no exterior, tiveram seus critérios contábeis adaptados às práticas contábeis adotadas no Brasil e convertidas para reais.

As práticas contábeis críticas adotadas pelo Daycoval na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

- a) Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada por Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01 podendo ser classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado;
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativos e freqüentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor de mercado (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados em receita quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

- b) Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de “swap”, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.
- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor de mercado na rubrica de “Negociação e intermediação de valores” no ativo ou no passivo e apropriado diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de “swap” e termo de moeda - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor de mercado na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos.



As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:

- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como “hedge” - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como “hedge” - são classificados como “hedge” de risco de mercado ou “hedge” de fluxo de caixa.

Os “hedges” de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “hedge” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os “hedges” de fluxo de caixa são destinados a compensar à variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida a adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

- c) As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 editado pelo BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda).

Ainda conforme a Resolução nº 2.682/99, as operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por, no mínimo, 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

- d) Os prêmios de seguros são apropriados ao resultado quando da vigência das respectivas apólices e faturas de seguro, e diferidos para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, pelo período de cobertura do risco, mediante constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e da despesa de comercialização diferida;
- e) As despesas antecipadas referentes às comissões pagas a terceiros são controladas por contrato e contabilizadas em contas patrimoniais ativas na rubrica de “Despesas antecipadas”. A apropriação dessas despesas ao resultado, na rubrica de “Outras despesas administrativas”, é efetuada “pro-rata temporis” de acordo com o prazo de vigência dos respectivos contratos ou em sua totalidade quando ocorrer liquidação antecipada destes mesmos contratos;
- f) A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de “Outros valores e bens” e de “Outros créditos - créditos tributários” são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

- g) As obrigações, os encargos e os riscos conhecidos ou calculáveis, inclusive encargos tributários calculados com base no resultado, são demonstrados pelo valor atualizado até a data do balanço. As obrigações em moedas estrangeiras são convertidas em moeda nacional pelas taxas de câmbio em vigor na data do balanço, divulgadas pelo BACEN, e as obrigações sujeitas a atualizações monetárias são demonstradas pelo valor atualizado até a data do balanço, sendo as obrigações objeto de “hedge” ajustadas ao seu valor de mercado;



- h) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre adições e exclusões temporárias e com base na legislação vigente à data de sua constituição. A realização destes créditos tributários ocorrerá quando da efetiva utilização e/ou reversão dos valores sobre os quais foram constituídos;
- i) Provisões Técnicas de Seguros - As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP e com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 162, de 26 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e alterações promovidas pela Resolução nº 181, de 19 de dezembro de 2007, do CNSP.

r.1) Seguros:

- Provisão de Sinistros a Liquidar - constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros, em discussões judiciais, onde o valor é determinado por peritos reguladores e assessores jurídicos que efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a Seguradora.
- Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados - IBNR - constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

- j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, de acordo com os critérios definidos na Resolução BACEN nº 3.535/08, Deliberação CVM nº 489/05 e Interpretação Técnica do Instituto dos Auditores Independentes - IBRACON nº 02/06, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente.

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias, passarão a ser reconhecidos, mensurados e divulgados conforme a Resolução BACEN nº 3.823/08 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Esta nova resolução entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2010 e revoga em sua totalidade a Resolução BACEN nº 3.535/08.

- k) Uso de estimativas contábeis - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (ii) amortizações de ativos intangíveis; (iii) e provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.



10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

10.6.a - Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

Os controles internos implementados pelo Daycoval para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras, confiáveis estão relacionados à análise de variações, validação dos saldos, conciliações e batimento com respectivos sistemas operacionais e documentação suporte e são exercidos de forma rotineira com o objetivo de garantir que valores e saldos registrados nas demonstrações financeiras reflitam as posições detidas pelo Daycoval e empresas controladas.

A Administração é responsável pela definição e implementação das políticas, procedimentos e práticas referentes aos controles internos, sendo a avaliação da qualidade e eficiência dos sistemas de responsabilidade do Comitê de Auditoria. Estes procedimentos, aliados aos investimentos em tecnologia, ao treinamento de funcionários, à mitigação de eventuais riscos operacionais e aos testes da auditoria interna, propiciam o aprimoramento contínuo dos controles instituídos, assegurando: i) a observância dos regulamentos e das normas internas; ii) a adoção das melhores práticas de mercado; iii) o cumprimento da legislação em vigor e; iv) a aplicação das orientações dos órgãos reguladores.

Assim, podemos afirmar que o sistema de controles internos do Daycoval é adequado à complexidade de seus negócios e aos riscos aos quais está exposto, e está apto a identificar preventivamente eventuais imperfeições ou deficiências, bem como implementar as correções necessárias.

10.6.b - Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Os relatórios sobre o sistema de controles internos, emitidos pelo auditor independente, referentes ao exercício de 2010, não apontaram qualquer deficiência, risco ou evidência de descumprimento de normas legais e regulamentares que pudesse comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras. Os apontamentos eventualmente discutidos e reportados pelo auditor independente são priorizados e as implementações de controles internos para mitigar tais deficiências são conduzidas e monitoradas pela administração do Daycoval.

10.7 - Caso o Daycoval tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

10.7.a - Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável.

10.7.b - Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

10.7.c - Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

10.8.a - Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items)

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não aplicável.



ii. Carteiras baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando os respectivos passivos

2010

Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o Banco cedeu o montante de R\$150,2 milhões em operações de crédito consignado, com coobrigação, a outra instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, as quais foram baixadas da carteira de operações de crédito e estão registradas em contas de compensação.

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a coobrigação assumida pelo Banco sobre o saldo remanescente era de R\$144,8 milhões, referente às cessões acima mencionadas e R\$46,6 milhões referentes às cessões de crédito, também realizadas com outras instituições integrante do Sistema Financeiro Nacional durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, mencionadas a abaixo.

2009

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o Banco não cedeu carteira de recebíveis a outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

2008

Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, o Banco cedeu o montante de R\$292,3 milhões em operações de crédito consignado e de financiamento de veículos, com coobrigação, a outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, as quais foram baixadas da carteira de operações de crédito e estão registradas em contas de compensação.

Nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a coobrigação assumida pelo Banco sobre o saldo remanescente era de R\$130,0 milhões, referente às cessões acima mencionadas.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos e serviços

Não aplicável.

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável.

v. contratos de recebimento futuros de financiamentos

Não aplicável.

10.8.b – Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- 10.9.a - Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**



Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras:

O resultado das cessões de operações de crédito foram apurados nas datas de contratação das operações, mediante baixa do título contábil utilizado para registro da operação original, sendo o resultado da operação apropriado, respectivamente, como acréscimo das rendas de operações de crédito, no montante de R\$13,7 milhões, nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e de R\$16,4 milhões, nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Essas cessões não causaram e nem causarão, outros efeitos no resultado, além do descrito no parágrafo anterior, em função do seu reconhecimento já ter ocorrido na origem da operação de cessão. Contudo, conforme previsto no contrato da operação de cessão, o Daycoval assume o compromisso de recompra de créditos que possam vir a ter sua performance comprometida em função de inadimplência. Caso esta recompra ocorra, causará alteração em rubricas específicas de operações de crédito, de provisão para devedores duvidosos, incluindo sua contrapartida reconhecida como despesa no resultado do período na rubrica de “Provisão para devedores duvidosos”.

10.9.b - Natureza e o propósito da operação

Carteira cedida com coobrigação a outras instituições financeiras:

2010

As cessões de crédito com coobrigação, para outra instituição financeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram motivadas pela estratégia adotada pela Administração para a diversificação das fontes de captação e no intuito de renovar o acordo operacional junto ao banco parceiro nesta operação de cessão.

2009

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o Banco não realizou cessões de crédito com coobrigação a outras instituições financeiras.

2008

As cessões de crédito com coobrigação, para outras instituições financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram motivadas pela necessidade de aumento de liquidez frente ao cenário econômico mundial que se apresentava à época.

10.9.c - Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 10.9.a, o Daycoval possui o compromisso de recompra de créditos cedidos que possam vir a ter sua performance comprometida em função de inadimplência.

10.10 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do Daycoval, explorando especificamente os seguintes tópicos:

10.10.a - Investimentos

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Ao longo de 2010 os investimentos tecnológicos foram direcionados para automatização de processos de forma a produzir ganhos de eficiência. Vale ressaltar as melhorias realizadas na infra-estrutura de hardware, a qual permitiu que os nossos principais sistemas pudessem utilizar servidores com um desempenho até 50% maior, e



também as significativas alterações na nossa estrutura de comunicação de voz e dados, as quais aumentaram o grau de disponibilidade da mesma, além de incorporar novas funcionalidades.

Os sistemas centrais do banco também passaram por importantes evoluções. Com relação aos sistemas que suportam a operação de *Middle Market* podemos citar os novos sistemas de Garantias e de Checagem de Cobrança, os quais vão produzir um aumento significativo na produtividade de processos críticos. Na operação das financeiras, a implantação do GED (Gerenciador Eletrônico de Documentos), reduziu as falhas e acelerou vários fluxos internos.

Em resumo, os investimentos de TI estão alinhados com as demandas oriundas das áreas de negócio do banco, e visam suprir o crescimento com segurança e alta disponibilidade.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Para realização de seus investimentos, o Daycoval utiliza sua relevante posição de caixa disponível, que em dezembro de 2010, situava-se acima de R\$ 890 milhões.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável.

10.10.b - Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Daycoval

Não há neste momento nenhuma informação divulgada quanto à aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do Daycoval.

10.10.c - Novos produtos e serviços

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. Montantes totais gastos pelo Daycoval em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. Montantes totais gastos pelo Daycoval no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.11 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável.

São Paulo, 25 de março de 2011

A Diretoria



Informações adicionais à proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2010, deliberada pelo Conselho de Administração em 14.02.2011, nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09

(Valores em R\$, exceto quando de outra forma indicados)

1) Lucro líquido do exercício de 2010 e proposta de destinação:

Conforme constou da deliberação da reunião do Conselho de Administração realizada em 14.02.2011:

	R\$
Lucro Líquido apurado no exercício de 2010	276.916.946,19
Proposta de destinação:	
Constituição da Reserva Legal (a)	13.843.443,61
Constituição da Reserva Estatutária (b)	166.545.684,66
Juros sobre o Capital Próprio (c)	96.527.817,92

a) Constituição da Reserva Legal

A Reserva Legal foi calculada conforme disposto no artigo 41 do Estatuto Social vigente:

	R\$
Lucro líquido apurado do exercício de 2010	276.916.946,19
(=) Constituição da reserva legal	13.843.443,61

b) Constituição das Reservas Estatutárias

O Conselho de Administração, conforme lhe faculta o artigo 42 do Estatuto Social vigente, propôs na reunião de 14.02.2011, a destinação de 100% do saldo remanescente do lucro líquido para constituição da Reserva Estatutária, conforme abaixo demonstrado:

	R\$
(+) Lucro líquido apurado do exercício de 2010	276.916.946,19
(-) Distribuição de Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(96.527.817,92)
(-) Constituição da Reserva Legal	<u>(13.843.443,61)</u>
(=) Constituição da Reserva Estatutária	<u>166.545.684,66</u>

c) Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio

O artigo 41, item (b), do Estatuto Social vigente, assegura aos acionistas, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

O artigo 44 do Estatuto Social vigente dispõe que, por deliberação da Diretoria “ad referendum” da Assembléia Geral, poderão ser distribuídos lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, previstos no artigo 9º da Lei nº. 9.249/95 e demais disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários. Além disso, o parágrafo único dispõe que: Os valores pagos aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, após a dedução do imposto de renda na fonte, serão computados para efeito da apuração do valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício.



Os pagamentos de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram promovidos conforme propostas da Diretoria, ratificadas por Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 30/03/2010; 29/06/2010; 29/09/2010 e 29/12/2010, ad referendum da Assembléia Geral Ordinária.

Abaixo, demonstração do montante de juros sobre o capital próprio declarado dentro do próprio exercício social de 2010, com base em período de apuração trimestral:

Períodos de apuração	Valor Global em R\$ Já Declarado	Valor em R\$ por ação		Data do Pagamento
		Ações ON	Ações PN	
01.01.10 à 30.03.10	24.530.700,45	0,11422	0,11422	15.04.2010
31.03.10 à 29.06.10	23.066.270,37	0,10725	0,10725	15.07.2010
30.06.10 à 29.09.10	23.909.489,14	0,11096	0,11096	15.10.2010
Exercício 2010-(Complemento)	25.021.357,96	0,11612	0,11612	17.01.2011
Total do Exercício	96.527.817,92	0,44855	0,44855	

Conforme demonstrado acima, os Juros sobre Capital Próprio foram pagos de forma integral e corresponderam a 34,85% do lucro líquido do exercício.

Durante o exercício de 2010, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2010, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos intermediários à conta de Reserva de Lucros – Estatutária, relativo ao saldo de lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, constante do balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2009, cuja demonstração do montante é apresentada a seguir:

Período de apuração	Valor Global em R\$ Declarado	Valor em R\$ por ação		Data do Pagamento
		Ações ON	Ações PN	
Exercício de 2008	96.724.667,83	0,45037	0,45037	20.05.2010

2) Descrição do cálculo dos Dividendos obrigatórios conforme disposto no artigo 41, alínea b do Estatuto Social vigente:

Lucro líquido do exercício de 2010		276.916.946,19
(-) Reserva Legal		(13.843.443,61)
(=) Base de cálculo ajustada		263.073.502,58
	Declarados	25%
Valor bruto dos Juros sobre Capital Próprio	96.527.817,92	-
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos Juros sobre Capital Próprio	(13.468.853,31)	-
(=) Valor líquido dos Juros sobre o Capital Próprio e dos Dividendos no exercício	83.058.964,61	65.768.375,65
% relativo ao valor global líquido de Juros sobre Capital Próprio sobre o lucro líquido do exercício (base ajustada nos termos da legislação aplicável)		31,57 25,00



3) Tabela comparativa indicando os valores por ação do lucro líquido e Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio:

	<u>2008</u>		<u>2009</u>		<u>2010</u>	
Lucro líquido	200.150.332,42		211.087.826,48		276.916.946,19	
Quantidade de ações	222.633.512		216.324.512		216.324.512	
Juros sobre capital próprio distribuídos	93.415.673,80		94.565.875,49		96.527.817,92	
Dividendos distribuídos	96.724.667,83		-		-	
Valores por Ação por Espécie e Classe	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Lucro líquido-(R\$)	0,91	0,91	0,98	0,98	1,29	1,29
Juros sobre Capital Próprio-(R\$)	0,42124	0,42124	0,43614	0,43614	0,44855	0,44855
Dividendos-(R\$) (*)	0,45037	0,45037	-	-	-	-

(*) Dividendos aprovados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2010 e pagos aos acionistas em 20 de maio de 2010.

Esclarecemos que o Banco Daycoval abriu o seu o capital no ano de 2007 concomitantemente à realização de oferta pública primária e secundária de ações preferenciais de sua emissão ("IPO"). Assim, o lucro líquido por ação, apurado em períodos anteriores aos acima apresentados, não representa informação adequada para fins de comparação.

São Paulo, 25 de março de 2011

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração



RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco Daycoval S.A. (“Banco”) é um órgão estatutário instituído e instalado no primeiro semestre de 2009. O Comitê foi constituído em conformidade com o Estatuto Social do Banco e nos termos da Resolução CMN nº 3.198/04.

Compete ao Comitê zelar pela qualidade das demonstrações financeiras do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco.

Atividades do Comitê

Durante o exercício de 2010, o Comitê promoveu a realização de diversas reuniões objetivando o acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, assim como com a administração para tratar de assuntos pertinentes à qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos.

O relacionamento entre o Comitê e os Auditores Independentes esteve direcionado às considerações da Auditoria Independente sobre os resultados dos seus trabalhos e em sua opinião quanto às demonstrações financeiras. Foram também analisados, além de escopo e planejamento dos trabalhos, aspectos administrativos relacionados à qualificação e rodízio do seu quadro técnico.

Quanto à Auditoria Interna, o Comitê vem acompanhando através da realização de reuniões periódicas, o cumprimento do planejamento e cronogramas dos trabalhos previamente definidos.

Fez parte dos trabalhos desenvolvidos pela Auditoria Interna e das considerações feitas por este Comitê, a avaliação da estrutura de gerenciamento de riscos do Banco, com o objetivo de certificar-se da qualidade dos processos de geração de relatórios sobre riscos utilizados pela Administração para subsidiar suas decisões. O Comitê entende que as ações adotadas para gerenciamento de riscos, nos seus aspectos gerais, estão adequadamente estabelecidas e direcionadas.

Com base nas informações recebidas da Administração, nas discussões mantidas com a Auditoria Interna e Auditores Independentes, bem como com base nos relatórios emitidos por estas auditorias e pelos gestores de riscos, o Comitê avalia como adequada a sistemática de acompanhamento e observância da legislação, da regulamentação e das normas elaboradas internamente.

O Comitê também avaliou os aspectos que envolvem o processo de preparação e divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com ênfase nas práticas contábeis relevantes utilizadas pelo Banco, e entende que tais práticas refletem as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas pela legislação societária brasileira, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados.



Conclusão

Com base nas ações desenvolvidas, nas informações recebidas da Administração, nas conclusões apresentadas pelo Auditor Independente, cujo relatório sobre demonstrações financeiras foi emitido sem ressalvas, nas conclusões relatadas pela Auditoria Interna e consideradas as responsabilidades e limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

São Paulo, 14 de Fevereiro de 2011

O Comitê de Auditoria

Ricardo Matsubara - Coordenador e Membro Qualificado

Carlos Antonio Romão – Membro

Gustavo Henrique de Barroso Franco - Membro



Assembleia Geral Ordinária 2011

Eleição de Administradores – Conselho de Administração

Informações Adicionais sobre os candidatos indicados à eleição para o Conselho de Administração

Conforme disposições contidas no Art. 10 da Instrução CVM nº 481/09, são apresentadas as informações nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09

1) Sr. Sasson Dayan (Indicado para o cargo de Presidente do Conselho de Administração)

12.6)

- a. **nome** : Sasson Dayan
- b. **idade** : 71 anos
- c. **profissão** : Banqueiro
- d. **CPF ou número do passaporte** : 105.410.718-15
- e. **cargo eletivo ocupado** : Presidente do Conselho de Administração
- f. **data de eleição** : 24/04/2009
- g. **data da posse** : 24/04/2009
- h. **prazo do mandato** : Até a AGO de 2011
- i. **outros cargos ou funções exercidos no Daycoval** : Diretor Executivo Superintendente
- j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não** : Sim

12.7) Não aplicável.

12.8)



a. Currículo:

Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo Superintendente do Banco Daycoval. Brasileiro, iniciou suas atividades profissionais na década de 50, no Líbano, na Casa Bancária Salim A. Dayan, fundada por seu pai. No Brasil, iniciou atividades no mercado financeiro em 1970, através da Daycoval DTVM Ltda. Em 1971 passou a atuar também na Valco Corretora de Valores Mobiliários, em sociedade com seu irmão Ibrahim Dayan, a qual chegou a ter movimentação expressiva em operações na Bovespa. A Daycoval DTVM Ltda. obteve autorização para operar como banco múltiplo em 1989, quando foi transformada no Banco Daycoval S.A, instituição na qual tem ocupado cargo de diretor estatutário, desde então.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal :

Não ocorreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas :

Processo Administrativo Sancionador nº 02/2002, arquivado em 17 de abril de 2007 em razão do cumprimento das condições constantes no Termo de Compromisso celebrado.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não ocorreu.

12.9) Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do Daycoval :

O Sr. Sasson Dayan, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo Superintendente do Banco Daycoval, é pai do membro do Conselho de Administração Sr. Rony Dayan, dos Diretores Executivos: Sr. Salim Dayan e Sr. Carlos Moche Dayan e tio do Diretor de Relações com Investidores, Sr. Morris Dayan.

b. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Daycoval :

O Sr. Sasson Dayan é pai dos Srs. Salim Dayan e Carlos Moche Dayan e tio do Sr. Morris Dayan, diretores das controladas diretas e indiretas do Banco Daycoval.

c. (i) administradores do Daycoval ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Daycoval :

O Sr. Sasson Dayan é sócio controlador e diretor estatutário da Daycoval Holding Financeira S/A, controladora do Banco Daycoval.

d. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e



indiretas do Daycoval :

O Sr. Sasson Dayan é sócio controlador e diretor estatutário da Daycoval Holding Financeira S/A, controladora do Banco Daycoval.

12.10) Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o administrador do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo Daycoval:

Em 2008, 2009 e 2010 o Sr. Sasson Dayan ocupou o cargo descrito abaixo nas seguintes controladas diretas:

- 1) A.C. S. Participações LTDA – Sócio-diretor; e
- 2) Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda – Sócio-diretor.

b. controlador direto ou indireto do emissor:

O Sr. Sasson Dayan é acionista controlador da Daycoval Holding Financeira S/A, que é a controladora do Banco Daycoval.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do Daycoval, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.



2) Sr. Gustavo Henrique de Barroso Franco (Indicado para o cargo de Conselheiro Independente)

12.6)

- a. **nome** : Gustavo Henrique de Barroso Franco
- b. **idade** : 55 anos
- c. **profissão** : Economista
- d. **CPF ou número do passaporte** : 541.724.707-34
- e. **cargo eletivo ocupado** : Conselheiro Independente
- f. **data de eleição** : 24/04/2009
- g. **data da posse** : 02/07/2009
- h. **prazo do mandato** : Até a AGO de 2011
- i. **outros cargos ou funções exercidos no Daycoval** : Membro do Comitê de Auditoria
- j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não** : Sim

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

- a. **nome** : Gustavo Henrique de Barroso Franco
- b. **idade** : 55 anos
- c. **profissão** : Economista
- d. **CPF ou número do passaporte** : 541.724.707-34
- e. **cargo eletivo ocupado** : Membro do Comitê de Auditoria
- f. **data de eleição** : 26/03/2009
- g. **data da posse** : 01/06/2009
- h. **prazo do mandato** : 5 anos
- i. **outros cargos ou funções exercidos no Daycoval** : Membro Independente do Conselho de Administração
- j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não** : Sim



12.8)

a. Currículo:

Membro do Conselho de Administração do Banco Daycoval (Conselheiro Independente) e também do Conselho de Administração da Globex Utilidades S/A. Brasileiro, Bacharel (1979) e Mestre (1982) em Economia pela PUC /Rio de Janeiro, e M. A. (1985) e Ph.D (1986) pela Universidade de Harvard. Foi professor, pesquisador e consultor em assuntos de economia, entre 1986 e 1993, especializando-se em inflação, estabilização e economia internacional. Em seguida, no serviço público, entre 1993 e 1999, foi Secretário de Política Econômica (adjunto) do Ministério da Fazenda, Diretor de Assuntos Internacionais e Presidente do Banco Central do Brasil. Teve participação central na formulação, operacionalização e administração do Plano Real, entre outras atividades. Após ano sabático na universidade (1999), fundou a Rio Bravo Investimentos (2000), empresa de investimentos, onde atualmente tem a sua ocupação principal. Participou e participa de diversos conselhos de administração, consultivos e de eventos corporativos como palestrante.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal :

Não ocorreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas :

Não ocorreu.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não ocorreu.

12.9) Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do Daycoval :

Não há.

b. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Daycoval :

Não há.

c. (i) administradores do Daycoval ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Daycoval :

Não há.

d. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e



indiretas do Daycoval :

Não há.

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo Daycoval:

Não houve.

b. controlador direto ou indireto do Daycoval:

Não houve.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do Daycoval, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.



3) Sr. Peter Michael Yu (Indicado para o cargo de Conselheiro Independente)

12.6)

- a. **nome** : Peter Michael Yu
- b. **idade** : 46 anos
- c. **profissão** : Advogado
- d. **CPF ou número do passaporte** : 753.601.521-68
- e. **cargo eletivo ocupado** : Conselheiro Independente (Efetivo)
- f. **data de eleição** : 24/04/2009
- g. **data da posse** : 02/07/2009
- h. **prazo do mandato** : Até a AGO de 2011
- i. **outros cargos ou funções exercidos no Daycoval** : Não aplicável
- j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não** : Sim

12.7) Não aplicável.

12.8)

a. Currículo:

Membro do Conselho de Administração do Banco Daycoval (Conselheiro Independente). Sócio Gerente, Cartesian Capital Group. Antes de fundar o Cartesian, Yu fundou e foi CEO da AIG Capital Partners, Inc. ("AIGCP"). Sob seu comando, a AIGCP tornou-se uma empresa privada líder do mercado emergente, com mais de US\$ 4,5 bilhões sob gestão. Antes de formar a AIGCP, Yu foi Diretor do Conselho Econômico Nacional – o departamento da Casa Branca responsável por desenvolver a política econômica – no governo Bill Clinton. Formou-se em direito em Harvard, foi presidente da Harvard Law Review e assistente de juiz no Supremo Tribunal Federal. Yu é Bacharel pela Woodrow Wilson School da Universidade Princeton.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal :

Não ocorreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas :

Não ocorreu.



iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não ocorreu.

12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do Daycoval :

Não há.

b. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Daycoval :

Não há.

c. (i) administradores do Daycoval ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Daycoval :

Não há.

d. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Daycoval :

Não há.

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o administrador do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo Daycoval:

Não houve.

b. controlador direto ou indireto do Daycoval:

Não houve.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do Daycoval, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

O Sr. Peter Michael Yu, é sócio gerente da Cartesian Capital Group, que através dos Fundos de Investimento Pangaea One Acquisition H. XIII A, B e C, detém 26.838.710 Bônus de Subscrição de Ações PN do Banco Daycoval, nos termos do Acordo de Investimento, objeto de Comunicados ao Mercado divulgados em 19 de abril de 2010 e 16 de junho de 2010 e Fato Relevante divulgado em 01 de abril de 2011.



4) Sr. Rony Dayan (Indicado para o cargo de Conselheiro)

12.6)

- a. **nome** : Rony Dayan
- b. **idade** : 33 anos
- c. **profissão** : Administrador de Empresas
- d. **CPF ou número do passaporte** : 312.362.938-43
- e. **cargo eletivo ocupado** : Conselheiro
- f. **data de eleição** : 20/10/2009
- g. **data da posse** : 17/12/2009
- h. **prazo do mandato** : Até a AGO de 2011
- i. **outros cargos ou funções exercidos no Daycoval** : Não aplicável
- j. **indicação se foi eleito pelo controlador ou não** : Sim

12.7) Não aplicável.

12.8)

a. Currículo:

Membro do Conselho de Administração do Banco Daycoval desde 17 de dezembro de 2009. Brasileiro, formou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – FGV em 2001. Realizou especialização em Gestão e Liderança em Israel. É fluente nos idiomas francês, inglês, espanhol, hebraico e português. Construiu sólida carreira no Banco Daycoval, onde foi responsável pelo Departamento de Marketing e de Checagem de Garantias. Atua na instituição desde 2001.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal :

Não ocorreu.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas :

Não ocorreu.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer:

Não ocorreu.



12.9. Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do Daycoval :

O Sr. Rony Dayan, Conselheiro do Banco Daycoval é filho do Sr. Sasson Dayan que é o Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo Superintendente, irmão dos Diretores Executivos Srs. Salim Dayan e Carlos Moche Dayan e primo em 1º grau do Diretor de Relações com Investidores, Sr. Morris Dayan.

b. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do Daycoval :

O Sr. Rony Dayan é filho do Sr. Sasson Dayan, irmão do Srs. Salim Dayan e Carlos Moche Dayan e primo em 1º grau do Sr. Morris Dayan, diretores das controladas diretas e indiretas do Banco Daycoval.

c. (i) administradores do Daycoval ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do Daycoval :

O Sr. Rony Dayan é filho do Sr. Sasson Dayan controlador e diretor estatutário da Daycoval Holding Financeira S/A, controladora do Banco Daycoval.

d. (i) administradores do Daycoval e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do Daycoval :

O Sr. Rony Dayan é filho do Sr. Sasson Dayan controlador e diretor estatutário da Daycoval Holding Financeira S/A, controladora do Banco Daycoval..

12.10. Existência de relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre o administrador do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo Daycoval:

Não houve.

b. controlador direto ou indireto do Daycoval:

Não houve.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do Daycoval, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não aplicável.

São Paulo, 12 de abril de 2011

BANCO DAYCOVAL S/A
Sasson Dayan
Presidente do Conselho de Administração



São Paulo, 12 de abril de 2011

Prezados Srs. Acionistas do Banco Daycoval S/A

**Assunto: PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
Assembléia Geral Ordinária de 2011**

Para efeito da Assembleia Geral Ordinária de 2011, apresentamos a V.Sas., nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, as informações que seguem abaixo:

- Proposta de Remuneração dos Administradores para o exercício social de 2011 no montante global anual de até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) sendo o montante de até R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) destinado à remuneração fixa e de até R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) destinado à remuneração variável; e
- Informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, conforme Artigo 24 - Anexo 24 da Instrução CVM 480/09.

Atenciosamente,

BANCO DAYCOVAL S/A

Sasson Dayan

Presidente do Conselho de Administração



Assembleia Geral Ordinária 2011

Remuneração dos administradores

Conforme disposições contidas no Art. 12, Inciso II da Instrução 481/09, são apresentadas as informações nos termos do item 13 do Formulário de Referência, Anexo 24 da Instrução CVM 480/09

Conforme faculdade prevista no artigo 67 da Instrução CVM 480, de 07 de dezembro de 2009, não estão sendo apresentadas as informações relativas ao exercício de 2008.

Formulário de Referência – Item 13 – Remuneração dos Administradores

(Valores consolidados em Reais, exceto quando de outra forma indicados)

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

13.1.a - Objetivos da política ou prática de remuneração

As práticas adotadas para remuneração dos administradores do Banco Daycoval S/A (“Daycoval”) têm por objetivo reconhecer os serviços prestados por estes profissionais, estimulando-os para o atingimento de resultados e criação de valor para os acionistas, assim como, visam reter os profissionais com as competências e valores requeridos, em níveis competitivos ao de mercado.

Para o Conselho de Administração e a Diretoria Estatutária, é adotado modelo simplificado, composto por remuneração fixa anual e eventual pagamento de gratificação, de acordo com a avaliação mediante o atingimento e superação de metas individuais e performance de resultado do Daycoval, respeitando o montante da remuneração anual global fixado pela Assembléia Geral dos Acionistas.

Em relação ao Comitê de Auditoria, a remuneração é definida pelo Conselho de Administração, conforme disposição estatutária.

Quanto ao Conselho Fiscal, até a presente data, não foi objeto de pedido de instalação.

13.1.b - Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:

- **Honorários:** remuneração fixa anual praticada para os administradores do Daycoval. Tem por objetivo retribuir a contribuição pela atuação de cada membro, na continuidade e desenvolvimento dos negócios organizacionais sob sua responsabilidade.
- **Honorários extraordinários/Bônus:** remuneração variável que visa recompensar o atingimento e/ou superação de metas individuais e reconhecer a contribuição de cada membro na obtenção de resultados e performance alcançados pelo Banco Daycoval.



ii. **Qual a proporção de cada elemento na remuneração total:**

- **Honorários:** definidos pelo Conselho de Administração conforme disposição estatutária.
- **Honorários extraordinários/Bônus:** de acordo com as avaliações individuais e dos resultados organizacionais alcançados.

iii. **Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração:**

- **Honorários:** montante deliberado pela Assembléia Geral Ordinária – AGO.

iv. **Razões que justificam a composição da remuneração:**

O Conselho de Administração define o valor da remuneração fixa anual de cada componente, bem como aprova eventuais pagamentos de gratificação correspondente aos mesmos, conforme o desempenho individual e resultado alcançado pelo Daycoval, respeitando o limite fixado na Assembléia Geral Ordinária.

▮ **13.1.c - Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Os Indicadores são baseados em desempenho individual, expansão dos negócios e na performance de resultados do Daycoval. O modelo de avaliação de desempenho da administração está baseado em objetivos e metas estabelecidos para o período a partir de planejamento estratégico empresarial.

▮ **13.1.d - Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

As práticas de remuneração adotadas alinham-se aos interesses do Daycoval, através da constante manutenção das políticas e diretrizes que, em suas análises, tem como itens principais a criação de valor para os acionistas e a continuidade dos negócios.

▮ **13.1.e - Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do Daycoval de curto, médio e longo prazo**

O alinhamento aos interesses de curto e médio prazo se dá pela adoção de remuneração baseada em práticas de mercado, o que propicia a atração e retenção de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios para estes períodos. Para o longo prazo, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2008, foi aprovada a implementação de um *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações* que tem como meta o incentivo do relacionamento de longo prazo, baseado em remuneração com ações emitidas pelo Daycoval.

▮ **13.1.f - Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Não aplicável.

▮ **13.1.g - Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do Daycoval**

Não aplicável.



13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

2010	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de Membros	4	4	8
Remuneração Fixa Anual	3.720.384,27	6.279.615,73	10.000.000,00
Pro-labore	3.669.272,00	6.165.000,00	9.834.272,00
Benefícios Diretos ou Indiretos (Assistência Médica)	51.112,27	114.615,73	165.728,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável	1.549.320,22	3.450.679,78	5.000.000,00
Bônus	-	-	-
Participação nos resultados	1.549.320,22	3.450.679,78	5.000.000,00
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor total por órgão	5.269.704,49	9.730.295,51	15.000.000,00

2009	Conselho de Administração	Diretoria	Total
Nº de Membros	3	4	7
Remuneração Fixa Anual	597.204,60	1.783.849,68	2.381.054,28
Honorários	564.000,00	1.680.000,00	2.244.000,00
Benefícios Diretos ou Indiretos (Assistência Médica)	33.204,60	103.849,68	137.054,28
Remuneração por participação em comitês	-	-	-
Outros	-	-	-
Remuneração Variável	420.000,00	1.469.067,52	1.889.067,52
Bônus	420.000,00	1.469.067,52	1.889.067,52
Participação nos resultados	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-
Comissões	-	-	-
Outros	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor total por órgão	1.017.204,60	3.252.917,20	4.270.121,80

Obs. - De acordo com as orientações contidas no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 05/2011 foram adotados os seguintes critérios:

- Para determinar o número de membros de cada órgão, foi somado o número de membros em cada mês do ano e dividido por 12 (média simples); e
- O Diretor Superintendente que acumula cargo também de Presidente do Conselho de Administração foi computado apenas no Conselho de Administração.



Para o exercício de 2011, são propostos os seguintes valores máximos globais de remuneração fixa e variável, cuja distribuição será definida pelo Conselho de Administração:

2011	TOTAL
Remuneração Fixa Anual	20.000.000,00
Remuneração Variável Anual	5.000.000,00
Valor Total da Remuneração	25.000.000,00

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

a) Remuneração variável - exercício social encerrado em 31/12/2010:

2010	Conselho de Administração	Diretoria	TOTAL
Nº de Membros	4	4	8
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-
Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não disponível	Não disponível	5.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.549.320,22	3.450.679,78	5.000.000,00

b) Remuneração variável – exercício social encerrado em 31/12/2009:

2009	Conselho de Administração	Diretoria	TOTAL
Nº de Membros	3	4	7
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração *	Não disponível	Não disponível	10.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	420.000,00	1.469.067,52	1.889.067,52
Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	-	-	-

* Valor global fixado pela AGO abrangendo Remuneração Fixa e Variável.

c) Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2011):



2011	Conselho de Administração	Diretoria	TOTAL
Nº de membros	4	4	8
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	-	-
Participação nos Resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração			
Valor máximo previsto no plano de remuneração *	Não disponível	Não disponível	5.000.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas			

* Valor máximo proposto, a ser distribuído conforme definição do Conselho de Administração

13.4 – Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

13.4.a – Termos e condições gerais

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2008, foi aprovada a implementação de um *Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações* (“Plano”) de emissão do Daycoval destinado aos seus administradores, empregados e pessoas que prestem serviços ao Daycoval, bem como destinado aos administradores, empregados e pessoas que prestem serviços às sociedades sob seu controle, denominados “Beneficiários”.

O Plano tem como meta o incentivo do relacionamento de longo prazo, entre o Daycoval e os Beneficiários do Plano, baseado em remuneração com ações emitidas pelo próprio Daycoval, sendo que, até a data de apresentação deste relatório, para fins de apresentação das informações para a realização da Assembléia Geral Ordinária, existem quatro programas de opção de compra de ações em andamento, sendo que não ocorreram outorgas para o 2º Programa de Opção de Compra de Ações.

13.4.b – Principais objetivos do plano

Os objetivos principais do Plano são:

- Estimular a expansão do Daycoval e o atingimento das metas empresariais estabelecidas, mediante a criação de incentivos que visem uma maior integração de seus administradores e empregados, na qualidade de acionistas do Daycoval;
- Possibilitar ao Daycoval a manutenção de seus profissionais, oferecendo-lhes, como vantagem e incentivo adicional, a oportunidade de se tornarem acionistas do Daycoval, nos termos, condições e formas previstos no Plano; e
- Promover o bom desempenho do Daycoval e dos interesses de seus acionistas mediante um comprometimento de longo prazo por parte de seus executivos, administradores e empregados.

13.4.c – Forma como o plano contribui para esses objetivos



O Plano alinha os interesses dos acionistas e dos administradores na medida em que garante que apenas haja ganhos para os Beneficiários quando também houver ganhos para o Daycoval.

13.4.d – Como o plano se insere na política de remuneração do Daycoval

O Plano se insere na política de remuneração do Daycoval por meio da manutenção de um nível de competitividade adequado aos negócios do Daycoval e ao contexto do mercado em que atua.

13.4.e – Como o plano alinha os interesses dos administradores e do Daycoval a curto, médio e longo prazo

Os Beneficiários têm ciência de que a sua remuneração está atrelada ao crescimento sustentável do valor das ações do Daycoval no curto, médio e longo prazos, fator que se alinha às expectativas dos acionistas.

13.4.f – Número máximo de ações abrangidas e

13.4.g – Número máximo de opções a serem outorgadas

As Opções outorgadas no âmbito do Plano não poderão ultrapassar, durante o prazo de vigência do Plano, o limite máximo de 5% (cinco por cento) do total de ações do capital social subscrito e integralizado do Daycoval, a qualquer tempo e as ações objeto das Opções serão provenientes, conforme venha a ser deliberado pelo Conselho de Administração: (i) da emissão de novas ações preferenciais, dentro do limite do capital autorizado; e/ou (ii) de ações mantidas em tesouraria.

13.4.h – Condições de aquisição de ações

- O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com o Daycoval ou com qualquer de suas controladas, até a data do efetivo exercício da Opção, observadas as disposições constantes nas cláusulas de Vigência da Opção, Desligamento do Beneficiário e Falecimento ou Invalidez Permanente do Beneficiário.
- O exercício da Opção far-se-á mediante a assinatura de boletim de subscrição das ações e celebração do respectivo contrato de subscrição de ações.
- O Beneficiário não terá qualquer direito na qualidade de acionista do Daycoval (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pela Opção, até que essas ações tenham sido totalmente subscritas/adquiridas e integralizadas/pagas pelo Beneficiário.
- Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício de sua Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Beneficiário.
- Durante o período de carência da Opção, é vedado ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as Opções que ainda estejam sujeitas ao Período de Carência.

13.4.i – Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos (“Preço de Aquisição”), obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa.

13.4.j – Critérios para fixação do prazo de exercício



O prazo de exercício das opções de compra de ações pelos Beneficiários será determinado pelo Conselho de Administração, quando da aprovação de cada Programa e seus respectivos Regulamentos (“Prazo de Exercício”), obedecidos os princípios e regras definidos pelos Regulamentos de cada Programa.

D 13.4.k – Forma de liquidação

A aquisição das ações objeto da Opção exercida por cada Beneficiário deverá ser realizada mediante pagamento em uma única parcela, em até 15 (quinze) dias após a transferência das ações, de acordo com a forma prevista pela legislação vigente.

D 13.4.l – Restrições à transferência das ações

Não aplicável.

D 13.4.m – Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração terá total autonomia na administração e organização do Plano, dispondo, dentre outros, dos poderes necessários para:

- Modificar os termos e condições dos Regulamentos e dos Contratos de Adesão na medida em que os direitos dos Beneficiários decorrentes de, ou relacionados com, o Plano não sejam prejudicados, excluídas dessa limitação eventuais adaptações que vierem a ser realizadas pelo Conselho de Administração em decorrência de alterações implementadas na legislação pertinente;
- Analisar casos excepcionais relacionados ao Plano; e
- Alterar ou extinguir o Plano, caso seja do interesse do Daycoval.

D 13.4.n – Efeitos da saída do administrador dos órgãos do Daycoval sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na eventualidade de o Beneficiário retirar-se do Daycoval por sua única e exclusiva vontade ou, caso o Beneficiário se desligue do Daycoval por iniciativa deste, com ou sem justa causa: (i) estarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções não exercíveis na data do desligamento; (ii) caberá ao mesmo o direito de, no todo ou em parte, durante o prazo improrrogável de 5 (cinco) dias a contar da data do desligamento, exercer as Opções que já possam ser exercidas no momento do desligamento (“Opções Exercíveis”), mediante pagamento à vista.



13.5 – Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo Daycoval, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31 de dezembro de 2010, a quantidade de ações, bônus de subscrição, cotas das controladas diretas e indiretas e do fundo de investimento, cujas cotas pertencem aos controladores do Daycoval e à pessoa Jurídica controlada, detidas pelos membros do conselho de administração e da diretoria estatutária, agrupados por órgão era a seguinte:

	Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
	Ações ON	Ações PN	Bônus de subscrição Ações ON ⁽¹⁾	Cotas	Ações ON	Ações PN	Bônus de subscrição Ações ON ⁽¹⁾	Cotas
Emissor								
Banco Daycoval S.A.	1	115.307	9.410.323	-	1	15.959.806	9.041.290	-
Daycoval Expert								
Fundo de Investimento								
Multimercado (2)				8.159.533,6317				15.890.775,5560
Controlador								
Daycoval Holding								
Financeira. S.A.	107.916.773	21.199.401	-	-	103.684.740	126.925.446	-	-
Controladas Diretas								
Dayprev Vida e								
Previdência S.A.	-	-	-	-	450.000	-	-	-
ACS Participações								
Ltda.	-	-	-	10	-	-	-	10
Daycoval Asset								
Management								
Admin. de Recursos								
Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	1
Controladas Indiretas								
IFP Promotora de								
Servs. de Interm.								
Financeira Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	3
SCC Ass. em Cad. e								
Cobr. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	3

⁽¹⁾As características da operação de emissão de bônus de subscrição de ações estão detalhadas no Item 10 - Comentários da Diretoria, subitem 10.1.d - Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas, divulgado em 25 de março de 2011, no comentário sobre o "Acordo de Investimento e emissão de bônus de subscrição de ações".

⁽²⁾ Fundo de Investimento cujas cotas são detidas pelos administradores do emissor, pertencentes à família Dayan e a Pessoa Jurídica Controlada.

13.6 – Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.



13.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

	2010
13.7.a – Órgão (1)	Diretoria
13.7.b - Número de membros	04
13.7.c - Em relação às opções ainda não exercíveis	
i. Quantidade	57.143
ii. Data em que se tornarão exercíveis	25/07/2010 a 01/07/2015
iii. Prazo máximo de exercício das opções	01/07/2020
iv. Prazo de restrição à transferência das ações	Não aplicável
v. Preço médio ponderado de exercício	Será definido com base na média dos 30 pregões antecedentes à comunicação do exercício
vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 2,4251
13.7.d - Em relação às opções exercíveis	Não aplicável

(1) Até a presente data não houve outorga de opções a membro do Conselho de Administração

13.8 – Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

	2010
13.8.a – Órgão (1)	Diretoria
13.8.b - Nº de membros	04
13.8.c - Opções exercidas	
i. Número de ações	23.810
ii. Preço médio ponderado de exercício	R\$ 5,89
iii. Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 3,50
13.8.d – Ações Entregues	
i. Número de ações entregues	23.810
ii. Preço médio ponderado de aquisição	R\$ 5,89
iii. Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	R\$ 3,50

(1) Até a presente data não houve outorga de opções a membro do Conselho de Administração

13.9 – Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

13.9.a – Modelo de precificação

Para determinar a precificação do Primeiro Programa de Opção de Compra de ações, foi utilizado o método de simulação por Monte Carlo.



- 13.9.b – Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**

Para a utilização do modelo mencionado no item 13.9.a, foram utilizados como premissas os seguintes fatores: (i) preço da ação na data da outorga da opção de compra de ações; (ii) para a volatilidade empregou-se o Modelo de Decaimento Exponencial; (iii) taxa de juros coletada junto a curva de swap da BM&FBOVESPA para dois, três e quatro anos, respectivamente; e (iv) deságio de trinta por cento conforme previsto no Regulamento do Programa.

- 13.9.c – Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**

Não aplicável.

13.9.d – Forma de determinação da volatilidade esperada

Conforme citado no item 13.9.b, o modelo de volatilidade esperada utilizado foi o Modelo de Decaimento Exponencial (Modelo EWMA).

- 13.9.e – Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável.

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

2010	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de Membros	4	4
Remuneração Fixa Anual		
Valor da Maior Remuneração Individual	2.760.397,27	1.889.632,94
Valor da Menor Remuneração Individual	0,00	738.377,44
Valor Médio da Remuneração Individual	199.068,20	445.962,42
Remuneração Variável Anual		
Valor da Maior Remuneração Individual	1.500.194,88	1.599.839,16
Valor da Menor Remuneração Individual	0,00	200.000,00
Valor Médio da Remuneração Individual	375.048,72	862.669,95



2009	Conselho de Administração	Diretoria
Nº de Membros	3	4
Remuneração Fixa Anual		
Valor da Maior Remuneração Individual	453.204,60	486.409,20
Valor da Menor Remuneração Individual	96.000,00	431.068,20
Valor Médio da Remuneração Individual	199.068,20	445.962,42
Remuneração Variável Anual		
Valor da Maior Remuneração Individual	420.000,00	420.000,00
Valor da Menor Remuneração Individual	0,00	209.067,52
Valor Médio da Remuneração Individual	140.000,00	367.266,88

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o Daycoval:

Não aplicável.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do Daycoval referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

2010	Conselho de Administração	Diretoria
Remuneração Fixa	96,88%	88,24%
Remuneração Variável	100,00%	94,20%
Valor total por órgão	97,80%	90,36%

2009	Conselho de Administração	Diretoria
Remuneração Fixa	75,89%	74,98%
Remuneração Variável	100,00%	85,77%
Valor total por órgão	85,84%	79,85%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do Daycoval como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não aplicável.



13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos de sociedade de controle comum e de controladas do Daycoval como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do Daycoval, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não aplicável.

13.16. Fornecer outras informações que o Daycoval julgue relevantes:

Não aplicável.
